

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT - PA

Termo de Referência 4/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2026	393016-SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT - PA	EDILSON SANTOS JUAREZ	13/05/2026 11:50 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços especiais de engenharia		50602.003736/2021-61

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa de consultoria especializada para a execução de serviços de Gestão Ambiental, abrangendo o Gerenciamento Ambiental, a Supervisão Ambiental e a Execução de Programas Ambientais das obras de pavimentação da rodovia BR-308/PA, com extensão de 115,63 km, lote único, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Contratação de empresa de consultoria especializada para a execução de serviços de Gestão Ambiental, abrangendo o Gerenciamento Ambiental, a Supervisão Ambiental e a Execução de Programas Ambientais das obras de pavimentação da rodovia BR-308/PA, com extensão de 115,63 km, lote único, segundo condições e especificações previstas neste Termo de Referência, por meio de licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, Modo de Disputa FECHADO e Critério de Julgamento por TÉCNICA E PREÇO.	1341- Supervisão, gerenciamento, fiscalização - projeto construção, obras civis.	UN	1	R\$ 20.651.166,71	R\$ 20.651.166,71

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **SERVIÇOS ESPECIAIS DE ENGENHARIA** de acordo com o Artigo 6, Inciso XXI, alínea b da Lei 14.133/2021, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (SEI nº 23936025).

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

Prazo de vigência

O prazo de vigência da contratação é de **880 (oitocentos e oitenta)** dias corridos, contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma do Artigo 111 da Lei 14.133/2021.

O Prazo de execução do contrato será **790 (setecentos e noventa)** dias corridos, contados a partir da Ordem de Início de Serviço.

O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (SEI nº 23936025), apêndice deste Termo de Referência.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (SEI nº 23936000), conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (SEI nº 23936025), apêndice deste Termo de Referência.

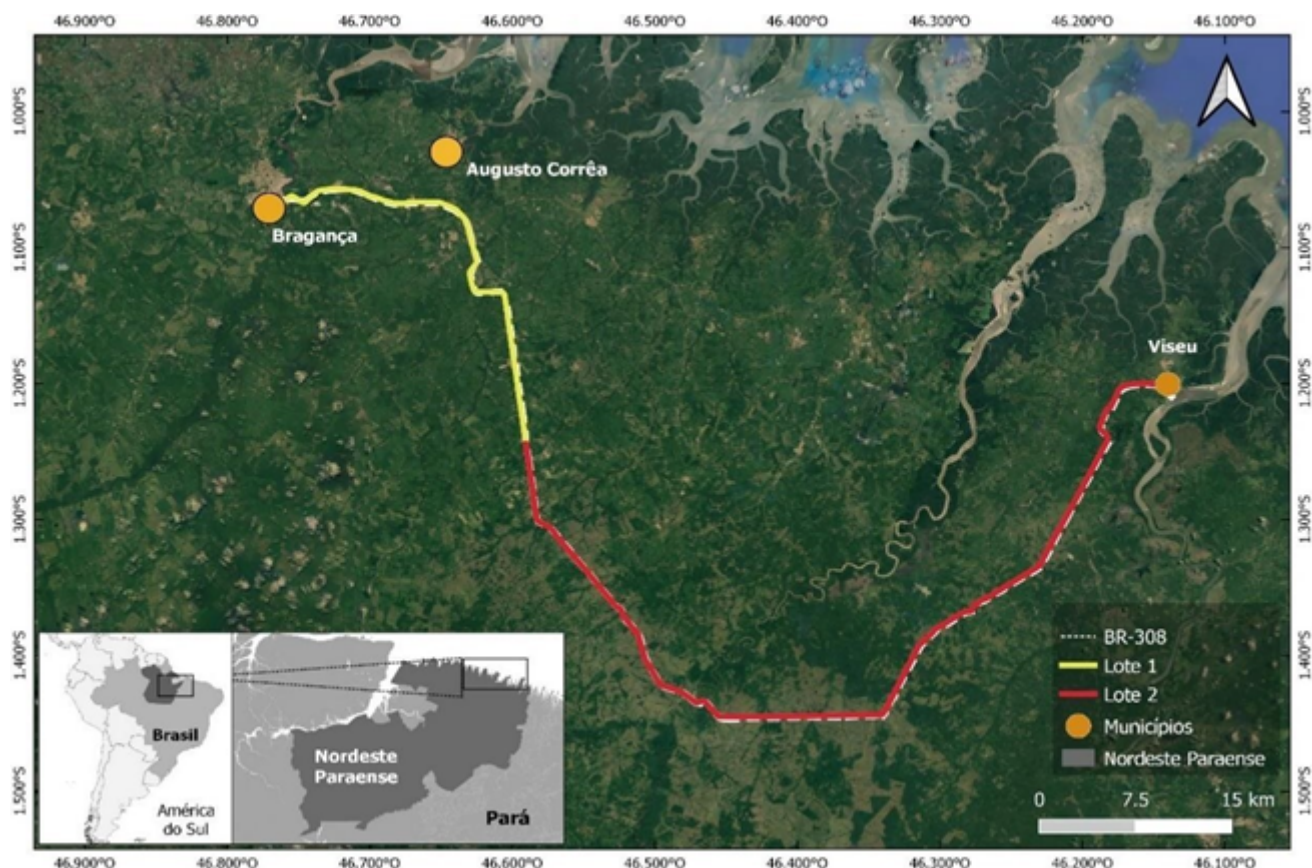
LOCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

Os serviços escopo deste Termo de Referência, devem ser executados nos seguintes segmentos, conforme detalhamento da tabela abaixo:

RODOVIA	BR-308/PA
LOTE DA CONTRATAÇÃO	Único
LOTE DE OBRA	1
TRECHO	Entr. da BR-010 (A)/316 (A) (Belém) - Div. PA/AM
SUBTRECHO	Entr. BR 316(B)/ PA-124/242 (Capanema) – Rio Pirirá
SEGMENTO	km 203,27 ao km 239,27
EXTENSÃO	36,0 km
CÓDIGO SNV	308BPA0200/3008BPA0240
LOTE DE OBRA	2
TRECHO	Entr. da BR-010 (A)/316 (A) (Belém) - Div. PA/AM
SUBTRECHO	Entr. PA-426 (Vila Patal) – Viseu

SEGMENTO	Km 239,27 ao km 318,90
EXTENSÃO	79,63 km
CÓDIGO SNV	308BPA0240/3008BPA0260
JURISDIÇÃO	Superintendência Regional do DNIT no Estado do Pará

Figura 01 - Mapa de situação dos serviços de Gestão Ambiental referentes às obras de pavimentação da rodovia BR-308/PA.



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA;

Adoção de práticas que evitem desperdícios de água potável;

Uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;

Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contatar as Associações e/ou Cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis;

Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilização de fonte ecológica recomendada pela Advocacia-Geral de União, disponível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf/view>;

Adoção de uso de papel não clorado, preferencialmente, na impressão de documentos e relatórios;

Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos;

Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA nº 401/2008, alterada pela Resolução nº 424, de 2010;

Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento;

Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPIs necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e zelando para que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas;

Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação empresas que tenham certificação ambiental;

Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais;

Além disso, deverá a Contratada cumprir fielmente as Instruções de Serviços do DNIT, em especial a Instrução Normativa nº 61, de 17/09/2021 que dispõe sobre a Responsabilidade Ambiental das Contratadas (RAC) e determina, em rol exemplificativo, as especificações, critérios e procedimentos ambientais a serem atendidos, ou norma equivalente, no que couber, e, ainda, nos termos do art. 144 da Lei nº 14.133/21, de modo a proporcionar a economia da conservação, manutenção e operacionalização rodoviária, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental.

Ademais, os critérios de sustentabilidade, a presente contratação foi elaborada conforme as diretrizes do Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS do órgão.

INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS

Não se aplica. O objeto da pretensa contratação não fará indicação de marca ou modelo específico.

DA VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Não se aplica. O objeto da pretensa contratação não fará indicação de marca/produto específico.

DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

Não se aplica ao objeto da contratação pretendida.

SUBCONTRATAÇÃO

É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

Não cabe a subcontratação completa e a subcontratação das atividades que constituam o parcela principal do objeto e nem para os serviços dos itens exigidos nos quadros de comprovação técnica “operacional” ou “profissional”, conforme Acórdão 3144/2011 - TCU PLENÁRIO: "9.8. *Determinar ao DNIT que: 9.8.1. Não inclua, em seu edital padrão, cláusula que permita subcontratação do principal do objeto, entendido este como o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida apresentação de atestados que comprovassem execução de serviço com características semelhantes.*"

A parcela principal do objeto da contratação é "Gerenciamento Ambiental", "Supervisão Ambiental" e "Execução de Programas Ambientais".

Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

- Consultoria
- Programa de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

A Contratada deverá apresentar documentação do subcontratado no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual o que comprove sua habilitação, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela do serviço subcontratado, sob pena de rescisão.

É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

A Contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados por meio da subcontratação em desacordo como estipulado nos documentos contratuais e nas normas e especificações técnicas.

Fica resguardado a responsabilidade da contratada pela entrega do objeto adjudicado, conforme preconiza o art. 119 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

A Contratada deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando a Contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

VISTORIA

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 11:30h e das 14:00 às 17:30h.

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

As empresas interessadas, por meio de um representante vinculado formalmente à empresa deverão procurar o Responsável da Unidade Local do DNIT em Capanema/PA, vinculada à Superintendência Regional do DNIT no Estado do Pará, para efetuar a visita técnica e individual das demais empresas participantes do certame, ao local dos serviços, para constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos.

As visitas técnicas serão realizadas nos dias a serem definidos pela Unidade Local de Capanema/PA e serão acompanhadas pela equipe da Unidade Local, que certificará a visita, expedindo o Atestado de Visita e Informações Técnicas. Esse atestado será juntado à Documentação de Habilitação, nos termos do inciso VI do Artigo 67, da Lei 14.133/2021

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Dados de contato:

- Localidade: Capanema/PA
- Endereço: Av. João Paulo II, 188
- CEP: 68.701-050
- Telefone(s): (91) 3250-2172
- Servidor: Ubirajara Marques Lima Junior
- E-mail: ubirajara.lima@dnit.gov.br

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, entre os municípios de Bragança - PA, Augusto Corrêa - PA e Viseu - PA.

MARGEM DE PREFERÊNCIA

Não se aplica. O serviço objeto deste Termo de Referência não se enquadra no Decreto n.º 11.890, de 22 de janeiro de 2024.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Início da execução do objeto: a partir da ordem de início dos serviços.

Cronograma de realização dos serviços: Conforme estabelecido no Cronograma da Planilha Orçamento Referencial (SEI nº 24735576).

LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Ao longo do trecho da rodovia que está descrito no **Item 3 "LOCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO"** deste Termo de Referência, vinculada à Superintendência no Estado do Pará.

Os trabalhos serão Fiscalizados pela Unidade Local do DNIT em Capanema - PA e coordenados pelo Serviço de Desapropriação, Reassentamento e Meio Ambiente - SDRMA/PA e Superintendência Regional do Estado do Pará

Documentos, correspondências, etc., deverão ser encaminhados à Unidade Local de Capanema - PA e a Superintendência Regional do DNIT/PA.

ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

A Contratada será responsável pela execução dos serviços de Gestão Ambiental, abrangendo o Gerenciamento Ambiental, a Supervisão Ambiental e a Execução de Programas Ambientais das obras de pavimentação da rodovia BR-308/PA, com extensão de 115,63 km, lote único.

As metodologias que a Contratada deverá utilizar para executar as atividades pertinentes a cada um dos programas e subprogramas ambientais elencados neste Termo de Referência, que estão sob sua responsabilidade de execução, estão descritas abaixo no Plano Básico Ambiental - PBA (SEI nº 21648877), Licença de Instalação nº 3315/2022 (SEI nº 21648906) e qualquer outros documentos vinculados ao processo de licenciamento ambiental.

A Contratada deverá, sempre que houver alteração na metodologia de execução dos programas, realizar ajustes visando atender as novas diretrizes, sejam elas ocasionadas por adequações do PBA, das licenças ambientais, atualizações de normativos internos do DNIT ou mesmo atualização da legislação vigente. Cabe à Contratada a responsabilidade de manter atualizadas todas as metodologias de execução dos Programas Ambientais, assim como informar ao DNIT as alterações realizadas.

A execução dos serviços poderá sofrer alterações em decorrência de novas demandas e definições da SEMAS-PA ou órgão intervenientes, conforme o andamento dos processos de licenciamento ambiental.

Importante destacar que caberá ao Fiscal e/ou Gestor do contrato o dimensionamento das quantidades de cada um dos programas elencados a seguir a serem mobilizadas mensalmente assim como o momento em que ocorrerão estas mobilizações. Os quantitativos podem variar conforme o ritmo de andamento das obras e também em função das obrigações assumidas pelo DNIT junto aos órgãos ambientais licenciadores e órgãos intervenientes.

Fica a Contratada ciente que poderá ocorrer tanto a redução das quantidades mobilizadas como o aumento das mesmas ao longo do prazo de execução do contrato.

A contratada deverá acompanhar as obras em conformidade com o Projeto Executivo Remanescente do Lote 01 (SEI nº 23923908), Projeto Executivo Remanescente do Lote 02 (SEI nº 23923918) e com o Anteprojeto - Levantamento de Pontes (SEI nº 23923979).

Em até 10 (dez) dias a contar da assinatura do Contrato, a Contratada deverá designar formalmente preposto que, juntamente com a equipe de gestão contratual da Contratante, adotará as providências necessárias à fiel execução do objeto, devendo este ter a experiência necessária para a execução do objeto contratual.

A Contratada deverá manter os dados do preposto atualizados durante todo o Contrato.

A Contratada deverá apresentar à Contratante instrumento que designa o preposto, devendo constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto.

A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pela Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

A execução do contrato será iniciada somente após a assinatura da Ordem de Início dos Serviços a ser emitida pela Contratante.

Após a assinatura da Ordem de Início de Serviço, a Contratada deverá agendar uma reunião com a Contratante para apresentação do planejamento da contratação e alinhamento das obrigações estabelecidas no contrato. Nesta reunião, a Contratada deverá apresentar a proposta de indicadores para a mensuração da eficiência e eficácia da execução contratual. As considerações e os acordos firmados deverão ser registrados em ata de reunião.

A execução dos serviços de consultoria deverá ser previamente autorizados pela Contratante, mediante emissão de Ordem de Serviço Específica (OSE). Deverá constar na Ordem de Serviço Específica (OSE) o cronograma físico - financeiro do(s) serviço(s), compatível com os custos e prazos definidos na presente contratação.

Com relação ao mecanismo de comunicação entre as partes, após as entregas protocoladas, deverão ser agendadas reuniões entre a Contratada e a Contratante para a apresentação dos produtos entregues. Essas reuniões deverão ser previstas no Cronograma Físico Anual, e as respectivas datas podem ser revistas, desde que seja acordado entre as partes.

A Contratada deverá adotar, obrigatoriamente, uma ferramenta on-line de comunicação e gestão do Contrato, em especial, dos documentos contratuais, devendo manter um banco de dados contratual e um Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Todas as informações geradas ao longo da elaboração dos serviços deverão ser disponibilizadas pela Contratada em ambiente digital que permita a colaboração entre Contratante e Contratada no gerenciamento e compartilhamento de informações.

A ferramenta on-line deverá constar todos os documentos do Contrato, com fácil acesso e busca de informações as informações relacionadas a cada empreendimento, como localização, estágio do licenciamento, documentos e estudos elaborados, licenças e autorizações emitidas, FCA, Termos de Referência do Órgãos, mapas, versões dos projetos executivos, dentre outros.

A Contratada deverá entregar os produtos à Contratante, em 01 mídia digital e, quando requerido pela fiscalização, a Contratada deverá fornecer o documento impresso ou cópias do arquivo digital em mídia acessível para computadores.

Além disso, a Contratada deverá elaborar, imprimir e entregar todos os materiais informativos necessários para a execução dos produtos.

Todos os produtos deverão ser apresentados com dados abertos, digitais e editáveis, inclusive quanto aos dados geoespacializados, tendo que ser apresentadas todas as bases utilizadas de forma organizada, com seus respectivos meta dados.

A Contratante poderá requerer alterações na formatação, estruturação dos produtos durante toda a vigência contratual.

A Contratada deverá entregar, em até 15 (quinze) dias após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, o Relatório de Mobilização e Planejamento de Atividade - RMP, que trata dos pré-requisitos para o desenvolvimento dos serviços, da definição das atividades e das equipes de trabalho, do cronograma físico-financeiro, da construção e manutenção do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), bem como dos documentos relativos à contratação.

A Contratada deverá entregar, a partir da assinatura da Ordem de Início de Serviço, o Relatório Mensal de Acompanhamento - RMA, do Gerenciamento Ambiental, da Supervisão Ambiental e os Relatórios de Acompanhamento da Execução de Programas Ambientais.

Licenças, autorizações e estudos ambientais

As licenças ambientais e autorizações acessórias e demais documentos listados abaixo, são anexos do presente Termo de Referência, o quais a Contratada deverá considerar quando da execução dos serviços são as seguintes:

- Plano Básico Ambiental - PBA (SEI nº 21648877), aprovado para o empreendimento pela SEMAS-PA
- Licença de Instalação - LI nº 3315/2022 (SEI nº 21648906), expedida pela SEMAS-PA;
- Autorização para Captura, Coleta, Resgate e Transporte de Fauna - AU nº 6040/2026 (SEI nº 23923397), expedida pela SEMAS-PA;
- Autorização para Supressão de Vegetação - AU nº 6041/2026 (SEI nº 23923438), expedida pela SEMAS-PA;

Todas as renovações das licenças e autorizações citadas anteriormente; e

Demais licenças, autorizações e outorgas que venham a ser emitidas em nome da Contratante e das empresas construtoras ou que sejam relacionadas ao objeto licitado e estudos ambientais elaborados no âmbito do empreendimento.

Detalhamento dos serviços de gestão ambiental

No âmbito das contratações atuais do DNIT, os serviços de Gestão Ambiental, têm como base três macroatividades, quais sejam, o Gerenciamento Ambiental, a Supervisão Ambiental e a Implantação/Implementação dos Programas Ambientais, de forma que cabe a Gestora Ambiental a responsabilidade pela coordenação geral de todos esses procedimentos – diretrizes de controle e monitoramento, fiscalização e documentação ambiental, para o cumprimento das exigências no desempenhar dessas atividades.

Tendo como referência a definição acima, as especificidades do empreendimento em questão e de suas respectivas Licenças Ambientais, o escopo dos serviços a serem prestados pela Contratada envolverá as seguintes macroatividades:

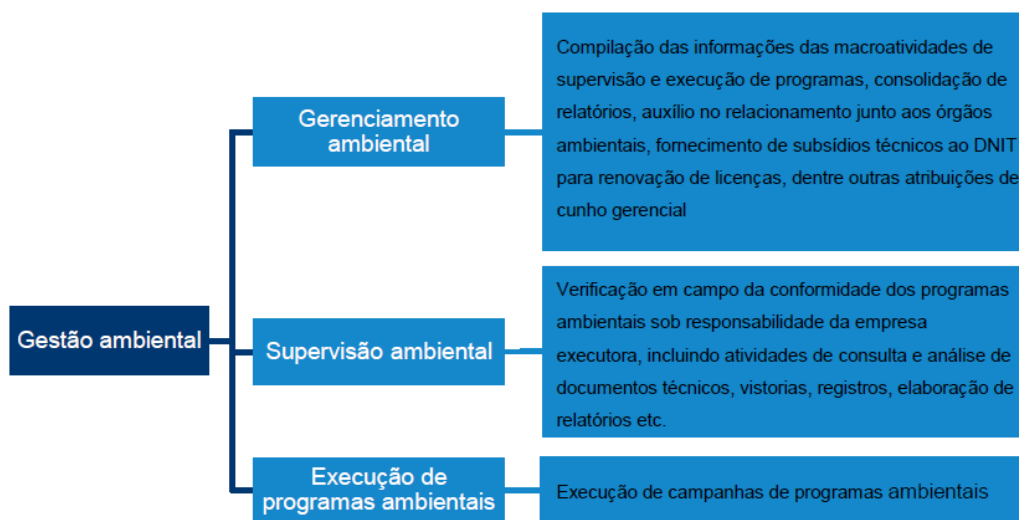


Figura 1 - Macroatividades da gestão ambiental de obras rodoviárias

Fonte: FGV IBRE

Gerenciamento ambiental

Atividades do Gerenciamento Ambiental:

- Organizar, planejar, executar e acompanhar as atividades de Gestão Ambiental das obras de pavimentação da BR-308/PA;
- Apoio à Superintendência Regional do estado do Pará e suas Unidades Locais, dentre outras atribuições.
- Gerenciamento junto aos órgãos ambientais e apoio institucional junto a outros atores e órgãos intervenientes do processo de licenciamento ambiental;
- Acompanhar, monitorar e avaliar os programas ambientais listados abaixo, exigidos pelo licenciamento ambiental, consolidando as informações nos relatórios enviados à Contratante para a medição dos serviços e relatórios anuais a serem encaminhados a SEMAS-PA:

- **Gerenciamento Ambiental do empreendimento e de todos os programas ambientais:**

- Monitoramento Ambiental da Obra – Programa de Gestão/Gerenciamento Ambiental

- **Supervisão Ambiental da Obra:**

- Supervisão das atividades a serem executadas pela Construtora - Plano Ambiental da Construção - PAC:
 - Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
 - Programa de Controle de Processos Erosivos;
 - Programa de Recuperação de Passivos Ambientais;
 - Programa de Atendimento a Emergências Ambientais - Fase de Obras;
 - Programa de Instalação, Operação e Desmobilização de Acampamentos e Áreas de uso das obras;
 - Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

- **Execução de Programas Ambientais:**

- Programa de Educação Ambiental;
 - Programa de Comunicação Social;
 - Programa de Monitoramento, Conservação e Recuperação de Corpos Hídricos;

- Programa de Monitoramento de Ruídos e Vibrações;
- Programa de Monitoramento de Flora;
- Programa de Controle de Supressão de Vegetação;
- Programa de Monitoramento de Fauna;
- Programa de Acompanhamento e Deslocamento da Fauna Silvestre;
- Programa de Monitoramento da Fauna Atropelada.
- **Execução do Programa de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural:**
 - Programa de Monitoramento Arqueológico;
 - Programa de Educação Patrimonial.
- **Produtos Específicos do Licenciamento Ambiental:**
 - Consultoria.
- Executar o Monitoramento Ambiental da obra - Programa de Gestão/Gerenciamento Ambiental, conforme a última versão do Plano Básico Ambiental, aprovada pela SEMAS-PA, e demais determinações do referido Órgão Ambiental Licenciador.
- Caso o órgão licenciador ou os órgãos intervenientes venham a solicitar a execução de programas distintos dos acima elencados, fica a Contratada desde já ciente de que também serão de sua responsabilidade a gestão dos mesmos;
- Acompanhar e controlar as licenças ambientais e autorizações acessórias, com destaque aos prazos e execução das condicionantes ambientais, zelando pelo cumprimento das determinações normativas pertinentes;
- Sugerir, prontamente, soluções técnicas para os problemas ocorridos no desenvolvimento dos serviços, levando em conta os aspectos econômicos envolvidos, as consequências e impactos possíveis para a Contratante;
- Observar e fazer cumprir as obrigações contratuais por parte de terceiros referente às questões ambientais;
- Manter contato com Gestor e Fiscais da Contratante para atualizá-los sobre o andamento e fatos relevantes ocorridos;
- Analisar e solucionar as solicitações de terceiros, através de critérios práticos e objetivos, em consonância com os interesses da Contratante, a quem deverá comunicar, de imediato os fatos ocorridos e respectivos resultados;
- Realizar a atualização, correção, complementação e detalhamento dos Programas Ambientais descritos no Plano Básico Ambiental e na Licença Ambiental;
- Manter em arquivo próprio e disponibilizar à Contratante, sempre que solicitado, cópia de toda a documentação do licenciamento, inclusive as licenças ambientais de responsabilidade das construtoras, como licenças para áreas de apoio, canteiros, jazidas, áreas de empréstimo, bota-fora e similares;
- Subsidiar a Contratante em manifestações, defesas ou quaisquer outras requisições que tenham o cunho ambiental ou contratual no âmbito do empreendimento;
- Gerenciar e organizar a documentação produzida no âmbito da execução de todas as obrigações ambientais do processo de licenciamento do trecho objeto do presente Termo de Referência e dos outros contratos existentes ou que vierem a ser assinados pela Contratante para atendimento do licenciamento ambiental das obras da rodovia em questão, incluindo a documentação produzida pelas construtoras para atendimento de programas ambientais e licenças próprias de canteiros e áreas de apoio, áreas de empréstimo, bota-fora, jazidas e similares;
- Apoio, assistência e produção de documentos técnicos para subsidiar o Gestor e os Fiscais da Contratante no acompanhamento do contrato, no encaminhamento de demandas referentes ao licenciamento ambiental e na fiscalização dos objetos dos contratos correlato são atendimento de demandas ambientais da rodovia, assim como a atuação de forma integrada, harmônica e proativa, no cumprimento das obrigações contratuais, para a obtenção de alto padrão de qualidade;
- Prestar apoio técnico à Contratante em sua atuação junto aos diversos atores envolvidos no empreendimento;
- Assessorar e orientar a Contratante nos compromissos ambientais assumidos nos processos de licenciamento ambiental, incluindo estudos, pareceres, audiências, oitivas e reuniões em geral;
- Fornecer subsídios para melhoria das práticas de controle ambiental;

- Toda a publicação de informações referentes ao DNIT e ao empreendimento, bem como a disponibilização de relatórios e documentos técnicos, em meio impresso, digital ou internet, deve ser previamente autorizada pelo Fiscal do Contrato.
- Propor, por meio de estudos específicos, novos métodos de execução dos programas e subprogramas do PBA, bem como medidas para mitigação de impactos identificados, visando aumentar a eficiência e eficácia dos programas;
- Avaliar e propor revisão, com ênfase ambiental, de toda documentação técnica do empreendimento, no aspecto qualitativo, inclusive dos normativos técnicos da Contratante;
- Gerenciar e implantar um Sistema de Gestão Ambiental - SGA do empreendimento, que deverá ser alimentado diariamente com atualização das ocorrências ambientais e que esteja disponível para visualização por todos os membros solicitados pela Contratante. Para tanto a Gestora deverá propor metodologia a ser apresentada juntamente com o Relatório de Mobilização e Planejamento de Atividades, metodologia esta que deverá ser aprovada pela Contratante.
- Implantar um site de domínio comercial nacional (.com.br), para o empreendimento, a fim de divulgar dados e informações do empreendimento.
- Estabelecer metas e objetivos ambientais, inclusive para próprio atendimento;
- Realizar a gestão (levantamento, análise, definição de plano de mitigação/contingência, monitoramento) de riscos ambientais do empreendimento;
- Prestar apoio à equipe de meio ambiente da Contratante com o objetivo de mitigar problemas técnicos ambientais em consonância como Plano Básico Ambiental, Licenças e Autorizações Ambientais;
- Prestar apoio técnico às obrigações afetas à compensação ambiental do empreendimento;
- Elaboração, organização, coleta e inserção de dados e informações do empreendimento em banco de dados da Contratante;
- Elaboração de mapas temáticos, análises geoespaciais, entre outros produtos referentes ao uso de geoprocessamento, necessários para a compreensão das informações ambientais do empreendimento;
- Monitorar e atender os prazos de todos os acordos e condições estabelecidas nas licenças e autorizações obtidas junto aos órgãos ambientais, e de demandas do órgão ambiental licenciador e demais órgãos intervenientes no processo de licenciamento ambiental;
- Executar o controle ambiental sistemático dos programas ambientais do PBA, visando atender às exigências dos órgãos ambientais e intervenientes aos processos de licenciamento ambiental no intuito de cumprir os preceitos do licenciamento, demonstrando o cumprimento de todos os requisitos aplicáveis;
- Propor indicadores mensuráveis de andamento e de consecução dos objetivos propostos nos programas e subprogramas ambientais do PBA. Caso os indicadores mostrem que os programas e subprogramas não estejam sendo executados em conformidade com os objetivos, metas, ações propostas e cronograma, propostos no PBA, a Contratada deverá indicar o porquê da dificuldade no atendimento, assim como orientar e sugerir medidas corretivas para adequá-los;
- Verificar a conformidade da obra e dos programas ambientais com os requisitos da legislação ambiental vigente e do corpo normativo do DNIT, bem como todas as condições referentes às licenças e autorizações impostas ao Projeto pelos órgãos ambientais;
- Apoio e gerenciamento de convênios através de proposição de termos de contratos e convênios a serem celebrados com empresas especializadas ou instituições de pesquisa para implementação e desenvolvimento das atividades previstas no PBA;
- Monitorar a necessidade de implementação dos acordos ambientais, programas de mitigação e gestão ambiental do Projeto ou estabelecidos durante o processo de licenciamento ambiental.
- Coordenação da elaboração de todos os produtos requeridos no presente Termo de Referência;
- Realizar a revisão de texto, projeto gráfico e diagramação de todos os produtos a serem entregues;
- Examinar e avaliar estudos e/ou relatórios elaborados no âmbito do licenciamento ambiental do empreendimento;
- Diligenciar para rigoroso cumprimento dos prazos de entrega ou conclusão de relatórios e outros, tanto de sua parte quanto de terceiros;
- Avaliação e revisão de toda documentação técnica e ambiental do empreendimento, incluindo os quantitativos e custos, objetivando a atualização dos programas ambientais;
- Elaborar relatórios de programação, andamento (mensais), anuais, campanhas, vistorias (quinzenais), laudos de vistorias e de encerramento, dentre outros.
- Elaborar e apresentar relatórios periódicos e especiais de acompanhamento dos programas ambientais;

- Elaborar o Relatório Mensal de Acompanhamento da Execução dos Serviços com informações de caráter técnico, financeiro e administrativo, necessários para documentar e manter a Contratante e demais órgãos pertinentes informados sobre o real andamento da execução contratual;
- Elaboração dos relatórios anuais de acompanhamento das atividades relativas à execução dos programas ambientais diretamente relacionados à execução das obras, contendo, no mínimo: objetivos geral e específicos de cada programa, metas e indicadores definidos, atividades desenvolvidas no período, equipe responsável participante de cada programa, avaliação de efetividade das ações (metas alcançadas e seus indicadores), conclusões e recomendações, relatório fotográfico, registro do acompanhamento das ocorrências e não conformidades ambientais e atividades para o próximo período;
- Relatório completo, com correções, mapas e quaisquer anexos em arquivo único, formato PDF para web, a ser disponibilizado, de forma organizada e cronológica, na página do empreendimento. Outra cópia deverá ser entregue em mídia digital para disponibilização no site do DNIT; e
- Dados: deverão ser organizados todos os dados dos relatórios dos programas em tabelas a serem padronizadas pelo DNIT a fim de se disponibilizá-los na internet por meio do portal Dados Abertos do Governo Federal, do Portal do DNIT.

Dimensionamento da Equipe de Gerenciamento Ambiental:

A equipe técnica mínima necessária para a execução das atividades referentes ao Gerenciamento Ambiental deverá ser composta dos seguintes profissionais:

Lote Único	Código
01 (um) Coordenador Ambiental *	P8044
01 (um) Engenheiro Ambiental Pleno	P8058
01 (um) Analista de Desenvolvimento de Sistemas Júnior **	P8007
01 (um) Auxiliar Administrativo	P8026

(*) Engenheiro Civil, Engenheiro Ambiental, Engenheiro Florestal, Engenheiro Agrônomo, Biólogo, Geólogo, Geógrafo.

(**) Para implementação e manutenção da ferramenta on-line de comunicação e gestão do contrato, incluindo o banco de dados contratual e o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), desenvolvimento e atualização de site em domínio comercial nacional (.com.br) destinado à divulgação de dados e informações do empreendimento, garantindo organização, acessibilidade e transparência às informações ambientais e contratuais, e demais serviços afins.

Período de Execução:

Os Serviços de Gerenciamento Ambiental serão executados mensalmente durante todo o prazo de execução contratual, a contar da emissão da Ordem de Início de Serviço.

Cada medição mensal do item Gerenciamento Ambiental será composta por 01 unidade de equipe mobilizadas, assim como as infraestruturas de imóveis, mobiliário e veículos que foram utilizados no período.

A Contratada deverá manter 01 (um) escritório mobilizado, que deverá ser localizado no município de sua conveniência, ao longo do empreendimento.

Produtos a serem entregues:

- Relatório de Mobilização e Planejamento de Atividades - RMP que deverá ser enviado ao DNIT, em até 15 (quinze) dias após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União. Tal relatório deverá ser aprovado pela Contratante;
- Plano Tributário que deverá ser encaminhado à Contratante, em até 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Início de Serviço contendo a lista de impostos e tributos a serem pagos no contrato com as respectivas leis e alíquotas. No caso do ISSQN, apresentar o tamanho da rodovia em cada município e a porcentagem de tributos que será dividida para cada município. Tal plano deverá ser aprovado pela Contratante;
- Relatórios Mensais de Acompanhamento da Execução dos Serviços - RMA, que deverá ser enviado à Contratante, mensalmente após a emissão da Ordem de Início de Serviço. Deverá ser medido e pago após a aprovação pela Contratante;

- Relatórios Anuais de Acompanhamento do Plano Básico Ambiental, que deverá ser enviado à Contratante, anualmente, ou conforme solicitação do Órgão Ambiental licenciador, órgãos intervenientes e órgãos de controle, com a compilação de todas as atividades realizadas no período para a Gestão Ambiental do Empreendimento;
- Documentos Técnicos que deverão prover todas as informações, subsídios, necessários com vistas à garantir o cumprimento dos compromissos ambientais e condicionantes, previstas no processo de Licenciamento, por parte da executora da obra. O não fornecimento dessas informações poderá ensejar em apuração de responsabilidade contratual por inadimplemento;
- Relatório Final de Gerenciamento Ambiental que deverá ser encaminhado à Contratante 30 (trinta) dias antes da finalização do prazo de execução contratual, contendo de forma completa a evolução do Gerenciamento, Supervisão e execução dos Programas Ambientais durante a implantação das obras, de forma a consubstanciar todo o processo de Licenciamento Ambiental.

-

Supervisão ambiental

Atividades da Supervisão Ambiental:

- Supervisionar e acompanhar a execução dos Programas Ambientais de responsabilidade de execução das construtoras, com o objetivo de garantir a completa execução e aplicação das ações previstas nos programas, conforme estabelecido no Plano Básico Ambiental, nas licenças e autorizações ambientais do empreendimento e na Instrução Normativa N° 61/DNIT Sede, de 17 de setembro de 2021, que trata da Responsabilidade Ambiental das Contratadas - RAC. Os Programas Ambientais que deverão ser supervisionados pela Contratada são:
- **Supervisão Ambiental da Obra**
 - Supervisão das atividades a serem executadas pela Construtora - Plano Ambiental da Construção - PAC:
 - Programa de Recuperação de Áreas Degradadas ;
 - Programa de Controle de Processos Erosivos;
 - Programa de Recuperação de Passivos Ambientais;
 - Programa de Atendimento a Emergências Ambientais - Fase de Obras;
 - Programa de Instalação, Operação e Desmobilização de Acampamentos e Áreas de uso das obras;
 - Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.
-
- Supervisionar as atividades realizadas nos contratos vigentes no segmento do Km 203,27 ao Km 318,90 da BR-308/PA, com extensão de 115,63 km, assim como aqueles que por ventura venham a substituí-los, complementá-los ou mesmo novos contratos de obras que estejam no âmbito do empreendimento.
- Realizar vistorias mensais no âmbito do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, relatando as áreas degradadas, bem como a efetividade das medidas de recuperação implantadas, apresentando relatórios mensais de acompanhamento, por meio da gestão ambiental.
- Os Relatórios de Acompanhamento do PRAD deverão apresentar as fichas de acompanhamento das áreas degradadas, análise dos dados obtidos, ações adotadas pela Contratada, assim como recomendações quanto às pendências e não conformidades relacionadas ao Programa.
- Fazer orientação e fiscalização com indicação de soluções técnicas junto às supervisoras de obra, à Contratante e às construtoras/empresas de obras, para que a realização das obras se dê em conformidade com os padrões, critérios e diretrizes ambientais e com as licenças ambientais expedidas para o empreendimento.
- Realizar vistorias de campo com o objetivo de verificar o cumprimento das normas ambientais vigentes, estudos, programas e condicionantes das licenças ambientais, com posterior elaboração de relatórios mensais, os quais têm por função informar à Contratante sobre a situação ambiental na condução das obras e demais serviços de engenharia.
- Acompanhar a implantação e qualidade do componente ambiental do projeto de engenharia e de suas obrigações estipuladas no Plano Básico Ambiental, verificando o atendimento das exigências dos órgãos ambientais e o cumprimento das normas ambientais da Contratante, em tudo o que for pertinente aos serviços executados pelas construtoras, dos quais se destacam:
 - Implantação das medidas mitigadoras e de proteção ambiental exigidas no projeto, em particular os qualitativos do componente ambiental e do monitoramento ambiental e da supressão de vegetação e das respectivas ASV's
 - Implantação do projeto executivo ambiental de recuperação das áreas degradadas e do passivo ambiental, de acordo com o projeto e boas práticas.

- Implementação das medidas de proteção ambiental, adotadas em função dos padrões ambientais estabelecidos, em especial aqueles relacionados aos mananciais que abastecem núcleos urbanos, quanto à qualidade da água, e dos processos erosivos desenvolvidos na faixa de domínio.
- Elaboração de pareceres técnicos específicos nos casos em que sejam detectados problemas graves e demandas ambientais de alta relevância não solucionadas pelas construtoras no prazo especificado, de maneira a subsidiar à Contratante na adoção das providências cabíveis.
- Cabe ressaltar que é de responsabilidade das empresas construtoras o licenciamento ambiental de suas áreas de uso (tais como: pedreiras, jazidas, acampamentos, áreas industriais, canteiro de obra) conforme prevê a Instrução de Serviço Nº 61/DNIT SEDE, de 17/09/2021 - Responsabilidade Ambiental das Contratadas (RAC), tendo a Gestora Ambiental a obrigação de orientar as construtoras e acompanhar todo o processo informando sistematicamente à Contratante o seu andamento.
- Verificar se a execução do Programa Ambiental de Construção - PAC pelas empresas construtoras, contempla as diretrizes básicas a serem empregadas durante a execução das obras, estabelecendo mecanismos eficientes que garantam o controle, monitoramento e mitigação dos impactos gerados;
- Executar o levantamento das áreas degradadas e dos passivos ambientais;
- Supervisionar as atividades realizadas nos contratos vigentes no empreendimento, assim como aqueles que por ventura venham a substituí-los, complementá-los ou mesmo novos contratos de obras que estejam no âmbito da BR-308.
- Acompanhar continuamente a execução dos Programas Ambientais do PBA e das licenças ambientais pelas Construtoras, pelas Supervisoras de Obras e por todas as demais empresas ou instituições Contratadas pela Contratante que tenham qualquer tipo de relação com o processo de licenciamento ambiental, com a finalidade de verificar o cumprimento de exigências legais ou contratuais, o atendimento de condicionantes de licenças ambientais do empreendimento e a execução dos programas do PBA;
- Vistoriar periodicamente as atividades, avaliando sua eficiência e eficácia, remetendo os dados e informações das ocorrências ambientais ao DNIT e sempre que for necessário emitindo também relatório técnico ambiental de alguma atividade ou fato de relevância técnica/legal;
- Registrar os resultados de ações de manutenção realizadas no trecho do empreendimento, avaliando a eficiência e eficácia dos métodos de manutenção aplicados;
- Sempre que possível, agir preventivamente, orientando as empresas construtoras de modo a minimizar a ocorrência de danos ambientais ou, em caso de ocorrências ambientais deflagradas, orientar e participar das ações juntamente com as construtoras e as supervisoras de Obras para que estas sejam sanadas;
- Registrar ocorrências e não conformidades;
- Orientar as empresas Construtoras, Supervisoras de obras ou de manutenção, na execução das ações ambientais das obras, quando couber;
- Coletar evidências ou provas documentais de cumprimentos dos monitoramentos, de constatações de não conformidades, de evidências de atendimento a requisitos e de quaisquer outras informações, apresentando formalmente através de relatórios técnicos;
- Vistoriar sistematicamente todas atividades ambientais ou correlacionadas em campo, avaliando sua eficiência e eficácia;
- Acompanhar e monitorar todas as atividades contratadas, na área de influência direta do empreendimento, inventariando e avaliando, periodicamente, seus efeitos e resultados em função dos padrões ambientais estabelecidos, e propondo, quando necessário, alterações, complementações, ou novas ações e atividades, considerando o andamento dos serviços com relação ao cumprimento dos prazos contratuais e a alocação de recursos;
- Organizar e manter registros diários de sua atuação e dos resultados alcançados;
- Acompanhar as atividades construtivas da rodovia, registrando e avaliando os impactos ambientais, indicando quando necessário, alterações, complementações, ou novas ações e atividades e, propondo metodologias para prevenção/mitigação;
- Analisar e, quando necessário, recomendar ajustes para compatibilizar os cronogramas entre os projetos ambientais e a execução das obras;
- Acompanhar a execução dos planos de trabalho a serem apresentados pelas construtoras e supervisoras de obras, compatibilizando-os com a implementação dos programas ambientais e a realização de todas as medidas acordadas com os organismos licenciadores, no que tange: (1) Programa de ações para atender à gestão ambiental do trecho sob sua responsabilidade; (2) Cronogramas; (3) Indicadores mensuráveis de andamento e de consecução dos objetivos pretendidos na gestão ambiental da rodovia do trecho sob sua responsabilidade; (4) Requisitos de inspeção; (5) Modelos de relatórios de inspeção de campo;
- Acompanhar a execução pelas construtoras e supervisoras de obras, de rotinas de trabalho e de abertura de frentes de obras que minimize o grau de impacto sobre o meio ambiente e a comunidade;
- Acompanhar e monitorar a implantação dos serviços previstos no componente ambiental do projeto de engenharia e das alterações de projeto que porventura sejam necessárias para o atendimento do licenciamento ambiental;

- Elaborar relatórios de caracterização ambiental quando da necessidade de execução de serviços adicionais, tais como alargamentos da faixa de domínio, ajustes de traçado, variantes, corta-rios, exploração de jazidas, ampliação de áreas de apoio, entre outros;
- Monitorar a execução dos contratos das construtoras e supervisoras de obras, no que tange os qualitativos previstos no componente ambiental do projeto de engenharia, sugerindo adequações à Contratante, quando necessárias, no intuito de proporcionar condições para que todos os programas ambientais de demandas integrantes do processo de licenciamento ambiental sejam desenvolvidos;
- Monitorar a execução das obras, efetuando vistorias periódicas com o objetivo de detectar problemas e, especialmente, prevenir seu surgimento;
- Verificar se as empresas construtoras das obras estão implantando as ações preventivas à degradação ambiental, concomitantemente à implantação do empreendimento e recompondo, todas as áreas impactadas pelas intervenções sobre o meio ambiente;
- Monitorar o funcionamento dos dispositivos de controle ambiental implantados pelas Construtoras nas obras, verificando sua conformidade, nos termos do PBA, das Licenças e Autorizações Ambientais e dos normativos ambientais da Contratante;
- A Contratada deverá fornecer equipamentos de segurança (EPI) para as suas equipes nas frentes de serviço, durante atividades de campo e para as equipes;
- Gerenciar as informações sobre o andamento dos processos de licenciamento ambiental, de responsabilidade das Construtoras, das áreas fontes de material, das áreas de apoio às obras, e das outorgas ou dispensa pelo uso da água, tanto no âmbito dos órgãos ambientais competentes, como de outros possíveis atores institucionais e não institucionais;
- Informar imediatamente à Contratante toda situação que seja de relevante interesse ambiental e/ou de risco para a vigência da licença ambiental e suas autorizações acessórias;
- Verificar o atendimento ao PAC e demais Subprogramas ou ações sob responsabilidade de execução da Construtora, assegurando o cumprimento das diretrizes estabelecidas no PBA e nas Licenças Ambientais, nas inspeções das atividades em andamento na obra. Dado que os Programas remetem às Especificações de Serviço, Normas de Procedimento, Especificações Ambientais Complementares e Particulares do DNIT e Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego, a verificação do atendimento de suas diretrizes implica o conhecimento do referido corpo normativo;
- Acompanhar a recuperação dos passivos ambientais causados pela obra além dos passivos ambientais existentes previamente ao início das obras, inventariados anteriormente;
- Indicar as atividades de construção com erro de procedimento que resultem em passivos ambientais, método construtivo inadequado ou não implantação tempestiva dos dispositivos de proteção previstos em projeto, as quais deverão ser devidamente caracterizadas em parecer técnico devidamente assinado pelo Coordenador de Supervisão Ambiental e Programas Ambientais, para subsidiar a correção e saneamento pelas empresas construtoras, cabendo exclusivamente a estas o ônus de sua recuperação;
- De posse das licenças ambientais da área de apoio, a Supervisão Ambiental deverá proceder à verificação do atendimento às diretrizes desses Planos de Recuperação e da conformidade das ações de recuperação com o corpo normativo ambiental pertinente;
- Acompanhar os demais Programas Ambientais executados em campo - a verificação da efetiva realização das atividades de campo previstas, que possuem interface direta com as atividades de obras, demandará o seu acompanhamento pelos Supervisores Ambientais, remetendo ao Gerenciamento Ambiental as informações comprobatórias necessárias;
- Acompanhar as atividades de supressão de vegetação, devendo verificar os seguintes aspectos:
 - Método de derrubada;
 - Seccionamento das árvores;
 - Estocagem e destinação do material suprimido;
 - Armazenamento de solo orgânico e serrapilheira; e
 - Presença de espécies protegidas por lei.
- Prestar orientação sobre soluções de aspectos não previstos no projeto, sempre que solicitado pela Contratante;
- Participar das atividades de interação com terceiros e comunidades lindeiras, em apoio à Contratante e empresas supervisoras de obras;
- Solicitar às empresas construtoras que informem os quantitativos volumétricos do material suprimido, obtidos pela cubagem do material empilhado em metros estéreos. Tais informações deverão constar dos Relatórios Mensais de Andamento e Relatórios Anuais de Acompanhamento dos Programas, bem como demais condicionantes estabelecidas pelo órgão competente;
- Elaborar os Registros de Supervisão Ambiental às construtoras, sendo eles: Registros de Orientação, os Registros de Ocorrência e os Registros de Não Conformidade, documentos sequencialmente expedidos em caso de não atendimento tempestivo das solicitações feitas nas primeiras

instâncias ou conforme forem detectadas, respectivamente, faltas leves, médias ou graves. Os registros feitos são, então, encaminhados à Contratante, que procederá às ações cabíveis no âmbito de sua competência. Deverão sempre constar dos registros expedidos a sua numeração, a ocorrência deflagrada, recomendação de ações ambientais para correção da mesma, a localização da ocorrência por coordenadas UTM, estaca, quilometragem e lote de construção, a construtora responsável pelo lote, a(s) norma(s) de referência que orienta(m) o atendimento à solicitação feita, registro fotográfico detalhado e de boa qualidade, data de expedição, prazo dado para o cumprimento e assinaturas e/ou carimbos do Supervisor Ambiental, da Construtora, da Supervisora de Obras e do representante da Unidade Local (UL) do DNIT.

- Vistoriar diariamente o trecho das obras devendo ser intercalado com atividades de escritório visando a elaboração e organização dos registros expedidos (agendamento dos prazos, conferência de prazos a vencer), a elaboração de relatórios semanais, contendo a descrição das atividades executadas na semana, registros feitos, fechamento de caixa, etc., bem como elaboração das agendas semanais de follow-up dos registros emitidos;
- Acompanhar os Registros de Supervisão Ambiental expedidos (Follow-up) – Organizar as atividades de Supervisão em uma agenda a ser cumprida, para verificação do atendimento das solicitações feitas nos Registros de Supervisão Ambiental dentro dos prazos definidos. Assim, deve-se estar atento para o vencimento dos prazos, procedendo à baixa do registro, em caso de regularização da situação objeto da autuação, ou ao registro subsequente (Registro de Orientação, Informe de Ocorrência e Registro de Não Conformidade, nesta ordem), em caso de não atendimento do solicitado. Caso se tenha chegado ao nível de registro de Não Conformidade e a ocorrência não tenha sido solucionada dentro do prazo acordado, este Registro de Não Conformidade deverá ser encaminhado à Coordenação Geral da Gerenciadora Ambiental para que informe à Contratante sobre a ocorrência não solucionada;
- Promover/participar de reuniões com a Supervisora de Obras do lote sob sua supervisão, buscando uma relação de parceria, visando propor soluções em conjunto com a mesma e garantir o atendimento pelas construtoras das solicitações feitas nos registros expedidos;
- Acompanhar o licenciamento, implantação, operação e desmobilização das áreas de apoio e no caso do não cumprimento, elaborar relatório que deverá ser submetido à Contratante para conhecimento e providências;
- Registrar o avanço das obras, informando nos relatórios periódicos o status de andamento das mesmas. Da mesma forma, faz-se necessário o acompanhamento da abertura de novas frentes de trabalho, verificando o avanço coordenado das atividades de obra, isto é, evitando-se o avanço excessivo de serviços como supressão de vegetação e terraplenagem, por exemplo, sem que os demais serviços (sub-base, base, revestimento, drenagem, proteção vegetal, etc.) as sucedam tempestivamente, prevenindo-se a instalação de impactos ambientais como erosão e assoreamento;
- Realizar o monitoramento das áreas passíveis de execução dos Programas Ambientais relacionados ao meio físico em especial o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e o Programa de Supressão de Vegetação por meio de imagens áreas obtidas através de Sensoriamento Remoto;
- Alimentar o Sistema de Gestão Ambiental, remetendo à SRE-PA e a Unidade Local os dados e informações necessárias para que a Contratante possa fazer o acompanhamento de toda a execução contratual e dos serviços realizados;
- Ao final das obras em cada lote, a equipe de Supervisão Ambiental deverá apresentar à Contratante e à SEMAS-PA, em até 30 dias após sua conclusão, relatório consolidado e um atestado de conclusão das atividades que comprove a conformidade ambiental no respectivo lote, por meio de tabelas e fichas individuais contendo: a) descrição atual da área, b) localização (km, estaca, coordenadas geográficas, lote, lado da rodovia) e c) imagens fotográficas, comprovando a inexistência de passivos ambientais ou áreas degradadas ao longo da faixa de domínio e das áreas de apoio utilizadas para as obras. As obras só serão consideradas finalizadas junto a SEMAS uma vez comprovada essa conformidade quanto à inexistência de passivos ambientais ou áreas degradadas em cada lote de obras.

Quadro 01 - Resumo das ações da Supervisão Ambiental - Implantação e Operação de Canteiro de Obras

Implantação e Operação de Canteiros de Obra	
Impactos Ambientais	Ação da Supervisão Ambiental
Licenças Ambientais	Verificar se o canteiro possui as devida Licenças Ambientais
	Verificar o prazo de validade da LI
	Verificar o atendimento a todas as condicionantes das LI
	Verificar se o canteiro possui a devida Licença de Operação (LO)
	Verificar o prazo de validade da LO e recomendar a sua tempestiva renovação

	Verificar o atendimento a todas as condicionantes da LO
Proliferação de vetores de doenças, contaminação do solo e da água	Verificar a disposição correta de resíduos sólidos
	Verificar as condições de instalação das áreas de descarte de resíduos sólidos em relação aos seguintes aspectos: Distância de pelo menos 200m de corpos hídricos; Em função das características do material de descarte, o terreno destinado a execução de bota-foras será objeto de compactação prévia e / ou outro tipo de preparo que se fizer necessário (concretagem, revestimento plástico ou outros)
Erosão e assoreamento	Observar a susceptibilidade da área à instalação de processos erosivos e, quando necessário, verificar e/ou recomendar a implantação de um sistema de contenção de erosão específico e/ou de estabilização, dentre outros
	Verificar a instalação de sistemas de drenagem específicos para cada local
Poluição do ar	Verificar a aspersão de água sobre os caminhos de serviço e estradas de acesso em épocas de geração de poeira
	Verificar a manutenção das usinas de concreto, devidamente reguladas com utilização de filtros de pó
	Observar a emissão das descargas dos veículos e máquinas
Poluição sonora	Demandar o controle de ruídos por motores
Contaminação do solo e da água superficial e subterrânea	Verificar a correta destinação dos efluentes provenientes da lavagem e manutenção de máquinas e equipamentos (óleos, graxas, etc.) a uma caixa separadora, para o devido tratamento no sistema específico do canteiro de obras
	Observar se as redes de coleta de efluentes líquidos estão sendo implantadas distintamente, uma para os efluentes domésticos e sanitários e outra para os industriais, sem interligação com os sistemas de drenagem de águas pluviais
	Observar se as áreas de abastecimento e estocagem de combustíveis, óleos e graxas possuem piso em concreto e estão devidamente envolvidas por sistema de diques e sistema de drenagem com canaletas de concreto, de modo a conter vazamentos
	Checar as condições das áreas de tancagem, usinas de asfalto, abastecimento e lavagem de máquinas quanto à existência de vazamentos de óleos, graxas, materiais betuminosos ou combustíveis para fora dos limites dos dispositivos de contenção (piso impermeabilizado, muretas de contenção, sistemas separadores de água e óleo)
	Verificar a ausência de vazamentos nos sistemas de coleta de efluentes líquidos industriais e de esgotamento sanitário
	Checar a colocação de proteção dos refeitórios por telas e a instalação de sistema de ventilação

Baixa qualidade de vida	Verificar as condições gerais dos alojamentos (leitos, ventilação, lotação por cômodo, aspectos sanitários) em conformidade com as Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego
	Verificar as condições de conservação de telas protetoras e o funcionamento dos sistemas de ventilação dos refeitórios
	Observar as condições gerais dos alojamentos, instalações sanitárias, refeitórios e equipamentos para dessedentação quanto à conformidade com as NR do Ministério do Trabalho
Geração de doenças nos trabalhadores	Verificar oscilações no contingente de trabalhadores
	Verificar as condições de captação e abastecimento de água e coleta de efluentes sanitários
Danos ao patrimônio histórico e cultural	Verificar indícios da presença de sítios arqueológicos
Acidentes de trabalho	Verificar o uso correto de Equipamentos de Proteção Individual – EPI
	Checar a existência de Planos de Prevenção contra incêndio
	Verificar o funcionamento de equipamentos de segurança (extintores)

Quadro 02 - Resumo das ações da Supervisão Ambiental - Implantação e Operação de Jazidas

Implantação e Operação de Jazidas	
Impactos Ambientais	Ação da Supervisão Ambiental
Licenças Ambientais	Verificar se a jazida encontra-se devidamente licenciada (LI)
	Verificar o prazo de validade da LI
	Verificar o atendimento a todas as condicionantes das LI
	Verificar se a jazida possui a devida Licença de Operação (LO)
	Verificar o prazo de validade da LO e recomendar a sua tempestiva renovação
	Verificar o atendimento a todas as condicionantes da LO
	Verificar a movimentação de máquinas e caminhões para identificação da operação de jazidas sem licenciamento

Danos ao patrimônio histórico e cultural	Verificar indícios da presença de sítios arqueológicos
Erosão e assoreamento	Observar as áreas em exploração para identificação de processos erosivos
	Acusar a presença de lençol freático aflorante
	Verificar a execução de medidas de prevenção de processos erosivos em áreas de jazidas e caixas de empréstimo (terraceamento, drenagem, amenização da declividade de taludes, hidrosseadura, manejo e compactação do solo, etc.)
	Verificar a execução de taludes das áreas exploradas como fonte de material de construção (caixas de empréstimo, jazidas e bota-foras) com inclinação compatível com as características geotécnicas dos solos locais (conforme Projeto Executivo de Engenharia)
Poluição do ar	Observar a emissão das descargas dos veículos e máquinas
Proliferação de vetores de doenças	Checar a implantação e efetividade de dispositivos de drenagem
	Verificar a execução de gradiente de declividade suficiente para promover o escoamento das águas pluviais
	Verificar a susceptibilidade das áreas de jazidas a cheias e inundações
	Verificar a ocorrência de empoçamento de água e proliferação de vetores
Acidentes	Exigir o uso obrigatório de lonas sobre os caminhões que saem das jazidas e áreas de empréstimo, a fim de evitar o despejo de material sobre a pista, gerando condições propícias a acidentes, notadamente em caso de chuvas
Áreas degradadas	Obter, junto às empresas construtoras, os Planos de Recuperação das Áreas Degradadas para as áreas de apoio, submetidos ao órgão ambiental licenciador na ocasião do licenciamento, para posterior verificação do seu cumprimento na reabilitação dessas áreas

Quadro 03 - Resumo das ações da Supervisão Ambiental - Frentes de Terraplenagem / execução de cortes e aterros

Frentes de Terraplenagem / execução de cortes e aterros	
Impactos Ambientais	Ação da Supervisão Ambiental
	Verificar a destinação correta de solo inservível para bota-foras localizados em local apropriado (sem presença de espécies protegidas por lei, fora de áreas protegidas e não sujeitas a instabilidades físicas) e em conformidade com o Projeto Executivo aprovado para licenciamento da obra
	Verificar a compactação dos bota-foras
	Verificar a ocorrência ou susceptibilidade dos terraplenos a processos erosivos e de assoreamento de corpos hídricos

Erosão e assoreamento	<p>Checar a existência de dispositivos provisórios de contenção de materiais nos aterros localizados nas proximidades de corpos hídricos</p>
	<p>Verificar a instalação de dispositivos de drenagem provisória nos locais de maior susceptibilidade a processos erosivos</p>
	<p>Verificar a execução de taludes com inclinação compatível com as características geotécnicas dos solos locais (prescrita no Projeto Executivo de Engenharia)</p>
	<p>No entorno da linha de off-set dos bota-foras verificar a construção de aterro-barreira com material compactado de acordo com as Especificações de Serviço do DNIT</p>
	<p>Nas proximidades de cursos d'água, verificar a proteção do aterro-barreira com enrocamento</p>
	<p>Verificar a execução de drenagem entre a saia do aterro e a crista dos bota-foras</p>
	<p>Após o término das atividades de movimentação de solo, verificar a implantação de sistema de drenagem definitivo e cobertura vegetal adequada em todos os taludes de corte e aterro e áreas desprovidas de vegetação</p>

Quadro 04 - Resumo das ações da Supervisão Ambiental - Frentes de supressão de vegetação

Frentes de supressão de vegetação	
Impactos Ambientais	Ação da Supervisão Ambiental
Licenças Ambientais	<p>Verificar o cumprimento de todas as condicionantes das Autorizações de Supressão de Vegetação – ASV</p>
Erosão e assoreamento	<p>Observar a correta disposição do material do desmatamento e da limpeza do terreno, o qual não deverá ser lançado dentro de talvegues e de corpos d'água</p>
	<p>No desmatamento e limpeza de terrenos nas proximidades de corpos d'água verificar a implantação de dispositivos que impeçam o carreamento de sedimentos (enleiramento do material removido, valetas para condução das águas superficiais, valetas paralelas ao corpo d'água etc.)</p>
	<p>Determinar a limitação do desmatamento ao estritamente necessário à implantação das obras na faixa estradal (pista + acostamento + aceiros)</p>
	<p>Determinar a limitação da abertura de novas frentes, sem que as já abertas (terraplenagem do corpo estradal) tenham os elementos de proteção estabelecidos (drenagem, cobertura vegetal de proteção, bacias de sedimentação etc.)</p>
Áreas degradadas	<p>Verificar a remoção da camada vegetal (solo de topo), oriunda das operações de desmatamento, limpeza e preparo do terreno para estocagem em áreas previamente escolhidas e utilização futura na recuperação ambiental das áreas afetadas pelas obras</p>
Poluição atmosférica	

e risco de incêndio	Acusar a queima de restos de vegetação
Poluição sonora	Demandar o controle de ruídos por motores
Poluição atmosférica	Observar a emissão das descargas dos veículos e máquinas
Acidentes	Orientar os executores da supressão de vegetação para priorização do sentido longitudinal de derrubada (paralelamente à pista) de maneira a se evitarem derrubadas sobre o leito estradal ou sobre a vegetação remanescente
	Verificar a sinalização de segurança nas áreas de derrubada de espécimes arbóreos de maior porte
	Verificar a correta utilização de equipamentos de Proteção Individual – EPI
Danos ao patrimônio histórico e cultural	Verificar indícios da presença de sítios arqueológicos
Supressão de espécimes imunes ao corte	Observar a presença de espécies protegidas por lei (castanheira, seringueira e mogno), e acompanhar a adoção das medidas estabelecidas pela Legislação Federal e Estadual e pelas condicionantes das Autorizações de Supressão de Vegetação – ASV do empreendimento
Supressão de Vegetação	Para os espécimes vegetais com DAP > 10 cm verificar a realização do corte seletivo com motosserra e empilhamento da madeira para posterior transporte
	Realizar a aferição dos quantitativos volumétricos do material suprimido, obtidos pela cubagem do material empilhado, para repasse dessas informações pelo DNIT ao órgão licenciador através dos Relatórios Trimestrais de Acompanhamento dos Programas

Quadro 05 - Resumo das ações da Supervisão Ambiental - Construção de OAC

Construção de OAC	
Impactos Ambientais	Ação da Supervisão Ambiental
Erosão e assoreamento	Verificar a remoção para local previamente definido de todo o material excedente de escavação das proximidades dos dispositivos de drenagem e das obras de arte, evitando que este material seja conduzido para os cursos d'água
	Verificar a correta deposição do material de escavação a ser utilizado para reaterro, de maneira que o mesmo não seja carreado para o interior do curso d'água
	Na execução de corta-rios, para que se evite assoreamento, assegurar que seja primeiramente aberto o novo canal por onde passará o curso d'água, para que, somente então, seja bloqueado o curso d'água original, promovendo-se o desvio do mesmo
	Nos alargamentos de aterro para construção de OAC, verificar a execução de compactação do alargamento com a mesma energia do aterro principal

	Verificar a proteção da saia do aterro com enrocamento, de modo a evitar assoreamento do corpo hídrico
Acúmulo de resíduos sólidos em APP, talvegues e OAC	Observar a correta disposição dos resíduos de construção (formas, escoras, sacos decimento, etc.) os quais jamais devem permanecer dentro das Áreas de Proteção Permanente (APP)

Quadro 06 - Resumo das ações da Supervisão Ambiental - Construção de OAE

Construção de OAE	
Impactos Ambientais	Ação da Supervisão Ambiental
Erosão e assoreamento	Verificar a execução de aterros de encontros de pontes e aterros que apresentem faces de contato com o corpo hídrico de modo que estes sejam realizados contemplando medidas de proteção contra processos erosivos e desmoronamentos, até a cota de máxima cheia(terra armada, enrocamento, pedra argamassa, etc.)
Utilização de madeira ilegal	Na execução de escoramento para a construção de obras de arte, verificar a utilização de madeiras com a licença ambiental para exploração
Poluição de águas superficiais e assoreamento	Verificar a execução de dispositivos e medidas de contenção de sedimentos e nata decimento, objetivando evitar seu carreamento para o interior do corpo hídrico
Acúmulo de resíduos sólidos em APP e cursos hídricos	Observar a correta disposição dos resíduos de construção (formas, escoras, sacos decimento, etc.) os quais jamais devem permanecer dentro das Áreas de Proteção Permanente (APP)
	Verificar a correta destinação do material resultante do descimbramento para área pré-definida, não podendo este ser lançado nos cursos d'água ou disposto de modo aleatório
Degradação de áreas protegidas	Verificar a instalação de áreas de apoio (acampamentos, depósito de materiais inertes)fora dos limites das APP

Quadro 07 - Resumo das ações da Supervisão Ambiental - Caminhos de Serviço

Caminhos de Serviço	
Impactos Ambientais	Ação da Supervisão Ambiental
Supressão de vegetação fora dos limites da faixa de domínio	Verificar se as áreas selecionadas para a abertura de trilhas, caminhos de serviço e estradas de acesso estão situadas dentro da faixa de domínio da rodovia (à exceção dos acessos a jazidas, caixas de empréstimo e bota-foras)
Danos ao patrimônio histórico e cultural	Verificar indícios da presença de sítios arqueológicos
Supressão de espécies imunes ao corte e interferência em APP	Verificar a não interferência dos caminhos de serviço e estradas de acesso com fisionomias vegetais e espécies protegidas por lei

Erosão e assoreamento	Verificar a susceptibilidade dos caminhos de serviço a instabilidades físicas passíveis de ocorrência em cotas superiores (escorregamentos, deslizamentos, depósitos de tálus, etc.)
	Nas transposições de cursos d'água / linhas de drenagem por caminhos de serviço, observar o dimensionamento de OAC provisórias de modo a garantir o livre escoamento das águas, evitando-se a concentração dos fluxos a jusante (formação de processos erosivos / assoreamentos) e represamentos a montante
Áreas degradadas	Verificar a demolição e retirada das obras provisórias, desimpedindo o fluxo dos talwegues

Quadro 08 - Resumo das ações da Supervisão Ambiental - Desmontes de rocha dentro da faixa de domínio

Desmontes de rocha dentro da faixa de domínio	
Impactos Ambientais	Ação da Supervisão Ambiental
Erosão e assoreamento	Verificar a implantação de medidas de prevenção de carreamento de materiais desagregados
	Verificar a implantação de drenagem de serviço
Acidentes	Verificar a vigilância contínua dos paióis
	Não permitir o transporte de explosivos em veículos inadequados
	Verificar a manutenção de caminhos de serviço em segurança
	Exigir o controle da velocidade dos veículos e máquinas
	Verificar a superfície dos caminhos de serviço e pista de rolamento com relação à presença de resíduos
	Verificar a localização segura dos paióis
	Não permitir o estoque conjunto de materiais explosivos distintos
	Verificar a devida comunicação com a população local
	Verificar a evacuação da região lindeira à área de detonação
	Exigir a cobertura com lona dos caminhões que realizarem o transporte de sobras de material
Proliferação de vetores de doenças	Orientar para que não haja depressões na praça da pedreira, evitando-se alagamentos
Poluição atmosférica	Observar a emissão das descargas dos veículos e máquinas

Áreas degradadas	Verificar a recuperação da área explorada
------------------	---

Quadro 09 - Resumo das ações da Supervisão Ambiental - Drenagem superficial e profunda

Drenagem superficial e profunda	
Impactos Ambientais	Ação da Supervisão Ambiental
Erosão, assoreamento e alagamento	Verificar a tempestiva implantação do sistema de drenagem definitivo assim que as condições de avanço da obra o permitir (conclusão da pavimentação / atingimento do greide)
	Nos pontos de deságue dos dispositivos de drenagem, verificar a execução de obras de proteção (ex. dissipadores de energia), a fim de impedir a erosão das vertentes ou assoreamento de cursos d'água
	Verificar a ocorrência de processos erosivos paralelos ao sistema de drenagem e à rodovia (eficiência do sistema de drenagem)
	Verificar o entupimento de bueiros e talvegues

Quadro 10 - Resumo das ações da Supervisão Ambiental - Áreas degradadas

Áreas degradadas	
Impactos Ambientais	Ação da Supervisão Ambiental
Degradação de áreas utilizadas provisoriamente	Orientar as empresas construtoras/ manutenção/ conservação para que o avanço longitudinal das obras de implantação ao longo da pista coincida, em todas as etapas, com o avanço longitudinal dos serviços de recuperação das áreas degradadas, de sorte que, para cada segmento, a conclusão das obras deverá corresponder, igualmente, à conclusão dos serviços de recuperação das áreas degradadas identificadas nos respectivos segmentos
	Verificar a reabilitação ambiental das áreas do canteiro de obras, caixas de empréstimo, jazidas, bota-foras, caminhos de serviço e estradas de acesso, de áreas de disposição de resíduos sólidos e de outras áreas de apoio alteradas

Dimensionamento da Equipe de Supervisão Ambiental:

A equipe técnica mínima necessária para a execução das atividades referentes a Supervisão Ambiental deverá ser composta dos seguintes profissionais:

Lote Único	Código
01 (um) Supervisor Ambiental Pleno *	P8058
01 (um) Auxiliar	P8025

(*) Engenheiro Civil, Engenheiro Ambiental, Engenheiro Florestal, Engenheiro Agrônomo, Biólogo, Geólogo, Geógrafo.

Caberá ao Fiscal/Gestor do contrato o dimensionamento das quantidades deste programa a serem mobilizadas mensalmente, assim como o momento em que ocorrerão estas mobilizações. Os quantitativos podem variar conforme o ritmo de andamento das obras, o trecho total e também em função das obrigações assumidas pela Contratante junto aos órgãos ambientais licenciadores e órgãos intervenientes.

Em havendo enfraquecimento do ritmo das obras ou de sua paralisação total, ainda que imprevistos, a Contratante adotará providências para diminuir ou suprimir a equipe, visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contratado, durante o prazo de execução.

Esta equipe deverá estar presente durante todo o prazo exclusivamente para as atividades da Supervisão Ambiental do empreendimento.

Período de Execução:

Os Serviços de Supervisão Ambiental serão executados mensalmente durante todo o prazo de execução contratual, a contar da emissão da Ordem de Início de Serviço.

Cada medição mensal do item Supervisão Ambiental será composta por 01 unidade de equipe mobilizadas, assim como as infraestruturas de imóveis, mobiliário, veículos e insumos.

A Contratada deverá manter 01 (um) escritório com alojamento mobilizado. Recomenda-se que sua localização seja no trecho do empreendimento compreendido entre os municípios de Bragança - PA, Augusto Corrêa - PA e Viseu - PA.

Produtos a serem entregues:

- Relatórios Mensais de Acompanhamento da Execução dos Serviços - RMA, que deverá ser enviado à Contratante, mensalmente após a emissão da Ordem de Início de Serviço. Deverá ser medido e pago após a aprovação pela Contratante;
- Relatório Anual de Acompanhamento do Plano Básico Ambiental, que deverá ser enviado à Contratante, anualmente, ou conforme solicitação do Órgão Ambiental licenciador, órgãos intervenientes e órgãos de controle, com a compilação de todas as atividades realizadas no período para a Supervisão Ambiental do Empreendimento;
- Relatório Consolidado de Conformidade Ambiental da Obra, que deverá ser enviado à Contratante quando da finalização das obras do lote de construção, com atestado de conclusão das atividades que comprove a conformidade ambiental no respectivo lote, 30 dias após o término das atividades construtivas no lote;
- Relatório Final de Supervisão Ambiental, contendo a consolidação da evolução das atividades da Supervisão Ambiental do empreendimento.
- Cabe ressaltar que a Supervisora de Obras deverá corroborar com as indicações do relatório de encerramento do lote elaborando e apresentando o "As Built" do Componente Ambiental dos Projetos Executivos da obras.

Os quadros abaixo apresentam em resumo as ações a serem desenvolvidas pela equipe de supervisão ambiental, relacionadas aos impactos ambientais potenciais em cada atividade de obra.

Execução de programas ambientais

A Contratada deverá executar os seguintes programas ambientais, verificando o atendimento às exigências dos órgãos ambientais, com a qualidade almejada e em estrita observância à legislação aplicável, de qualquer nível (Federal, Estadual e Municipal), e o cumprimento dos preceitos do licenciamento ambiental, bem como às normas ambientais da Contratante.

- **Execução de Programas Ambientais**
 - Programa de Educação Ambiental;
 - Programa de Comunicação Social;
 - Programa de Monitoramento, Conservação e Recuperação de Corpos Hídricos;
 - Programa de Monitoramento de Ruídos e Vibrações;
 - Programa de Monitoramento de Flora;
 - Programa de Controle de Supressão de Vegetação;

- Programa de Monitoramento de Fauna;
- Programa de Acompanhamento e Deslocamento da Fauna Silvestre;
- Programa de Monitoramento da Fauna Atropelada.

Os programas ambientais deverão ser executados conforme o Plano Básico Ambiental, aprovado pela SEMAS-PA, e demais determinações do referido Órgão Ambiental Licenciador ou órgãos intervenientes, assim como em conformidade com as Licenças e autorizações ambientais do empreendimento, além de atender a legislação ambiental vigente.

As metodologias que a Contratada deverá utilizar para executar as atividades pertinentes a cada um dos programas e subprogramas ambientais, que estão sob sua responsabilidade de execução, estão descritas abaixo neste Termo de referência, no Plano Básico Ambiental - PBA (SEI nº 21648877) e na Licença de Instalação nº 3315/2022 (SEI nº 21648906).

A Contratada deverá, sempre que houver alteração na metodologia de execução dos programas, realizar ajustes visando atender as novas diretrizes, sejam elas ocasionadas por adequações do PBA, atualizações de normativos internos do DNIT ou mesmo atualização da legislação vigente. Cabe à Contratada a responsabilidade de manter atualizadas todas as metodologias de execução dos Programas Ambientais, assim como informar ao DNIT as alterações realizadas.

Importante destacar que caberá ao Fiscal/Gestor do contrato o dimensionamento das quantidades de cada um dos programas elencados a seguir a serem mobilizadas mensalmente assim como o momento em que ocorrerão estas mobilizações. Os quantitativos podem variar conforme o ritmo de andamento das obras e também em função das obrigações assumidas pelo DNIT junto aos órgãos ambientais licenciadores e órgãos intervenientes.

Fica a Contratada ciente que poderá ocorrer tanto a redução das quantidades mobilizadas como o aumento das mesmas ao longo do prazo de execução do contrato.

Programa de Educação Ambiental

A finalidade do programa é criar e estabelecer mecanismos para possibilitar ao indivíduo e à coletividade se perceberem como sujeitos sociais capazes de compreenderem a complexidade da relação com a natureza. O Programa de Educação Ambiental destinado às Comunidades Lindeiras e Empregados Diretos e Terceirizados do Empreendedor busca constituir uma forma de conscientização abrangente através de um processo pedagógico participativo, procurando desenvolver uma consciência crítica sobre o contexto socioambiental para a melhoria da qualidade de vida da população afetada pelo empreendimento e da proteção ao meio ambiente, em suas múltiplas dimensões.

Dimensionamento da equipe:

A equipe técnica mínima dimensionada para a execução das atividades do Programa deverá ser constituída de:

Lote Único	Código
01 (um) Pedagogo Pleno	P8130
01 (um) Biólogo Pleno	P8033

Período de Execução:

Este programa será executado mensalmente, durante toda a vigência contratual, a contar da emissão da Ordem de Início de Serviço, podendo sofrer alteração de periodicidade conforme o andamento das obras e solicitação do órgão ambiental licenciador ou demais intervenientes.

Produtos a serem entregues:

- Relatórios Mensais de Acompanhamento da Execução dos Serviços, que deverá ser entregue mensalmente à Contratante, após a emissão da Ordem de Início de Serviço.
- Relatório Anual de Acompanhamento do Plano Básico Ambiental, que deverá ser enviado à Contratante, anualmente, ou conforme solicitação do Órgão Ambiental licenciador, órgãos intervenientes e órgãos de controle, com a compilação de todas as atividades realizadas no período;
- Relatório Final do Programa de Educação Ambiental contendo a consolidação da execução do Programa.

- **Programa de Comunicação Social**

O Programa de Comunicação Social é destinado a Populações do Entorno do Empreendimento busca garantir e monitorar o acesso as informações para todos os atores e públicos envolvidos no empreendimento, prevendo diversas formas de comunicação com os envolvidos no processo, quais sejam, as mais diversas classes e setores da população que vivenciarão a gradativa execução da obra até sua entrada em operação.

Dimensionamento da equipe:

A equipe técnica mínima dimensionada para a execução das atividades do Programa deverá ser constituída de:

Lote Único	Código
01 (um) Jornalista Pleno	P8093
01 (um) Auxiliar	P8025

Período de Execução:

Este programa será executado mensalmente, durante toda a vigência contratual, a contar da emissão da Ordem de Início de Serviço, podendo sofrer alteração de periodicidade conforme o andamento das obras e solicitação do órgão ambiental licenciador ou demais intervenientes.

Produtos a serem entregues:

- Relatórios Mensais de Acompanhamento da Execução dos Serviços, que deverá ser entregue mensalmente à Contratante, após a emissão da Ordem de Início de Serviço.
- Relatório Anual de Acompanhamento do Plano Básico Ambiental, que deverá ser enviado à Contratante, anualmente, ou conforme solicitação do Órgão Ambiental licenciador, órgãos intervenientes e órgãos de controle, com a compilação de todas as atividades realizadas no período;
- Relatório Final do Programa de Comunicação Social, contendo a consolidação da execução do Programa.
-

Programa de Monitoramento, Conservação e Recuperação de Corpos Hídricos

O Programa de Monitoramento, Conservação e Recuperação de Corpos Hídricos busca identificar a possível ocorrência de impactos a atual qualidade das águas dos rios e igarapés transpostos pelo empreendimento, durante as obras melhorias e pavimentação da BR-308/PA, analisando os dados coletados em campanhas de campo, a fim de que sejam obtidos subsídios técnicos para, se necessário, implementar a proposição de medidas mitigadoras.

Dimensionamento da equipe:

A equipe técnica mínima dimensionada para a execução das atividades do Programa deverá ser constituída de:

Lote Único	Código
01 (um) Especialista Ambiental Pleno *	P8058
01 (um) Auxiliar	P8025

(*) Engenheiro Ambiental, Engenheiro Civil, Engenheiro Químico, Geólogo, Biólogo ou Oceanógrafo.

Período de Execução:

Este programa será executado trimestralmente, durante toda a vigência contratual, a contar da emissão da Ordem de Início de Serviço, podendo sofrer alteração de periodicidade conforme o andamento das obras e solicitação do órgão ambiental licenciador ou demais intervenientes.

Produtos a serem entregues:

- Relatórios Trimestrais de Acompanhamento da Execução dos Serviços, que deverá ser entregue trimestralmente à Contratante, após a emissão da Ordem de Início de Serviço.
- Relatório Anual de Acompanhamento do Plano Básico Ambiental, que deverá ser enviado à Contratante, anualmente, ou conforme solicitação do Órgão Ambiental licenciador, órgãos intervenientes e órgãos de controle, com a compilação de todas as atividades realizadas no período;
- Relatório Final do Programa de Monitoramento, Conservação e Recuperação de Corpos Hídricos, contendo a consolidação da execução do Programa.
-

Programa de Monitoramento de Ruídos e Vibrações

O Programa de Gerenciamento de Ruídos e Vibrações deve planejar e implementar medidas de controle que reduzam a emissão da poluição sonora, bem como implantar de um monitoramento permanente, que permita acompanhar a eficiência das medidas adotadas, no sentido de minimizar os impactos e riscos ambientais, tanto para os trabalhadores como para as comunidades lindeiras às obras.

Dimensionamento da equipe:

A equipe técnica mínima dimensionada para a execução das atividades do Programa deverá ser constituída de:

Lote Único	Código
01 (um) Especialista Ambiental Pleno *	P8058

(*) Engenheiro Civil, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Ambiental, Engenheiro Florestal, Geólogo, Biólogo.

Período de Execução:

Este programa será executado semestralmente, durante toda a vigência contratual, a contar da emissão da Ordem de Início de Serviço, podendo sofrer alteração de periodicidade conforme o andamento das obras e solicitação do órgão ambiental licenciador ou demais intervenientes.

Produtos a serem entregues:

- Relatórios Trimestrais de Acompanhamento da Execução dos Serviços, que deverá ser entregue semestralmente à Contratante, após a emissão da Ordem de Início de Serviço.
- Relatório Anual de Acompanhamento do Plano Básico Ambiental, que deverá ser enviado à Contratante, anualmente, ou conforme solicitação do Órgão Ambiental licenciador, órgãos intervenientes e órgãos de controle, com a compilação de todas as atividades realizadas no período;
- Relatório Final do Programa de Monitoramento de Ruídos e Vibrações, contendo a consolidação da execução do Programa.

Programa de Monitoramento de Flora

O Programa de Monitoramento de Flora faz necessário pelo fato de que as atividades de supressão da vegetação desencadearem efeitos negativos na fase, tais como a redução da diversidade genética da flora e perda de ambientes para fauna, devido efeito de borda nos fragmentos interceptados pela BR-308/PA.

Dimensionamento da equipe:

A equipe técnica mínima dimensionada para a execução das atividades do Programa deverá ser constituída de:

Lote Único	Código

01 (um) Engenheiro Florestal Pleno	P8069
01 (um) Auxiliar	P8025

Período de Execução:

Este programa será executado trimestralmente, a contar da emissão da Ordem de Início de Serviço, podendo sofrer alteração de periodicidade conforme o andamento das obras e solicitação do órgão ambiental licenciador ou demais intervenientes.

Produtos a serem entregues:

- Relatórios Trimestrais de Acompanhamento da Execução dos Serviços, que deverá ser entregue trimestralmente à Contratante, após a emissão da Ordem de Início de Serviço.
- Relatório Anual de Acompanhamento do Plano Básico Ambiental, que deverá ser enviado à Contratante, anualmente, ou conforme solicitação do Órgão Ambiental licenciador, órgãos intervenientes e órgãos de controle, com a compilação de todas as atividades realizadas no período;
- Relatório Final do Programa de Flora, contendo a consolidação da execução do Programa.

Programa de Controle de Supressão da Vegetação

O Programa de Supressão da Vegetação é uma atividade necessária e constante na implantação de um empreendimento rodoviário, tendo em vista que é sempre necessário o uso de área contígua a atual via para a instalação de acessos, interseções, ampliação do acostamento, pontes e outras melhorias de modo geral.

Dimensionamento da equipe:

A equipe técnica mínima dimensionada para a execução das atividades do Programa deverá ser constituída de:

Lote Único	Código
01 (um) Especialista Ambiental Pleno*	P8069
01 (um) Auxiliar	P8025

*Engenheiro Florestal e Engenheiro Agrônomo.

Período de Execução:

Este programa será executado sob demanda e autorização do fiscal do contrato por meio de Ordem de Serviço Específica - OSE, podendo sofrer alteração de periodicidade conforme o andamento das obras e solicitação do órgão ambiental licenciador ou demais intervenientes.

Produtos a serem entregues:

- Relatórios de Acompanhamento da Execução dos Serviços, devendo o programa ser executado quando houver supressão de vegetação durante a execução das obras de pavimentação, assim, este programa só será mobilizado sob demanda e autorização do fiscal do contrato por meio de Ordem de Serviço Específica - OSE.
- Relatório Anual de Acompanhamento do Plano Básico Ambiental, que deverá ser enviado à Contratante, anualmente, ou conforme solicitação do Órgão Ambiental licenciador, órgãos intervenientes e órgãos de controle, com a compilação de todas as atividades realizadas no período;
- Relatório Final do Programa de Controle de Supressão da Vegetação, contendo a consolidação da execução do Programa.

Programa de Monitoramento de Fauna

Por não se tratar de uma obra meramente pontual e localizada, e sim de um empreendimento linear e que atravessa território, uma rodovia é caracterizada por causar determinados impactos ao meio ambiente, dentre eles sobre a fauna silvestre. Os impactos diretos são relacionados às etapas de instalação e operação, quando são realizadas as atividades de supressão de vegetação nativa (fase de instalação), o que causa a fragmentação e perda de habitat e de componentes da fauna (fase de operação). Assim torna-se importante o acompanhamento das populações e comunidades da fauna silvestre, de forma que sejam priorizadas ações que visem à conservação da fauna, sendo que a principal delas é o acompanhamento periódico por meio de monitoramento.

Dimensionamento da equipe:

A equipe técnica mínima dimensionada para a execução das atividades do Programa deverá ser constituída de:

Lote Único	Código
02 (dois) Biólogo pleno	P8033
01 (um) Técnico em geoprocessamento	P8155
01 (um) Auxiliar	P8025

Período de Execução:

Este programa será executado trimestralmente, a contar da emissão da Ordem de Início de Serviço, podendo sofrer alteração de periodicidade conforme o andamento das obras e solicitação do órgão ambiental licenciador ou demais intervenientes.

Produtos a serem entregues:

- Relatórios Trimestrais de Acompanhamento da Execução dos Serviços, que deverá ser entregue trimestralmente à Contratante, após a emissão da Ordem de Início de Serviço.
- Relatório Anual de Acompanhamento do Plano Básico Ambiental, que deverá ser enviado à Contratante, anualmente, ou conforme solicitação do Órgão Ambiental licenciador, órgãos intervenientes e órgãos de controle, com a compilação de todas as atividades realizadas no período;
- Relatório Final do Programa de Monitoramento de Fauna, contendo a consolidação da execução do Programa.

Programa de Acompanhamento e Deslocamento da Fauna Silvestre

O Programa de Acompanhamento e Deslocamento da Fauna Silvestre visa evitar que os animais silvestres presentes nas áreas afetadas pelas fique expostos a acidentes, principalmente nas áreas onde serão realizadas ações relativas à supressão de vegetação, além de propiciar seus deslocamentos de forma segura para áreas fora dos limites das obras.

Dimensionamento da equipe:

A equipe técnica mínima dimensionada para a execução das atividades do Programa deverá ser constituída de:

Lote Único	Código
01 (um) Biólogo Pleno	P8033
01 (um) Médico Veterinário	P8102

Período de Execução:

Este programa será executado mensalmente, durante toda a vigência contratual, a contar da emissão da Ordem de Início de Serviço, podendo sofrer alteração de periodicidade conforme o andamento das obras e solicitação do órgão ambiental licenciador ou demais intervenientes

Produtos a serem entregues:

- Relatórios Mensais de Acompanhamento da Execução dos Serviços, que deverá ser entregue mensalmente à Contratante, após a emissão da Ordem de Início de Serviço.
- Relatório Anual de Acompanhamento do Plano Básico Ambiental, que deverá ser enviado à Contratante, anualmente, ou conforme solicitação do Órgão Ambiental licenciador, órgãos intervenientes e órgãos de controle, com a compilação de todas as atividades realizadas no período;
- Relatório Final do Programa de Acompanhamento e Deslocamento da Fauna Silvestre, contendo a consolidação da execução do Programa.

Programa de Monitoramento da Fauna Atropelada

O Programa de Monitoramento da Fauna Atropelada busca identificar os principais pontos em que ocorrem os atropelamentos, durante a fase de instalação do empreendimento, no sentido de verificar quais as espécies atingidas e analisar os dados obtidos nas campanhas de campo, afim de que sejam obtidos subsídios técnicos para a proposição de medidas mitigadoras, caso essas se façam necessárias para a fase de operação.

Dimensionamento da equipe:

A equipe técnica mínima dimensionada para a execução das atividades do Programa deverá ser constituída de:

Lote Único	Código
01 (um) Biólogo Pleno	P8033
01 (um) Médico Veterinário	P8102

Período de Execução:

Este programa será executado mensalmente, durante toda a vigência contratual, a contar da emissão da Ordem de Início de Serviço, podendo sofrer alteração de periodicidade conforme o andamento das obras e solicitação do órgão ambiental licenciador ou demais intervenientes.

Produtos a serem entregues:

- Relatórios Mensais de Acompanhamento da Execução dos Serviços, que deverá ser entregue mensalmente à Contratante, após a emissão da Ordem de Início de Serviço.
- Relatório Anual de Acompanhamento do Plano Básico Ambiental, que deverá ser enviado à Contratante, anualmente, ou conforme solicitação do Órgão Ambiental licenciador, órgãos intervenientes e órgãos de controle, com a compilação de todas as atividades realizadas no período;
- Relatório Final do Programa de Monitoramento da Fauna Atropelada, contendo a consolidação da execução do Programa.

Execução do Programa de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural

A Contratada deverá executar os seguintes programas, com a finalidade de proteção ao patrimônio histórico e cultural, verificando o atendimento às exigências do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN - PA), com a qualidade almejada e em estrita observância à legislação aplicável, de qualquer nível (Federal, Estadual e Municipal), e o cumprimento dos preceitos do licenciamento ambiental, bem como às normas ambientais da Contratante.

- **Execução do Programa de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural:**
 - Programa de Monitoramento Arqueológico;
 - Programa de Educação Patrimonial.

Ademais, para execução do Programa de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural deverão também serem considerados os seguintes normativos:

- Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
- Lei nº 3.924, de 26/07/1961, que proíbe a destruição ou mutilação, para qualquer fim, da totalidade ou parte das jazidas arqueológicas (considerado crime contra o patrimônio nacional).
- Constituição Federal de 1988 (artigo 225, parágrafo IV), que considera os sítios arqueológicos como patrimônio cultural brasileiro, garantindo sua guarda e proteção, de acordo com o que estabelece o artigo 216.
- Decreto nº 3.551/2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial.
- Resolução CONAMA 01/1986, especificamente em seu Artigo 6º, inciso I, alínea C, onde são destacados os sítios e monumentos arqueológicos como elementos a serem considerados nas diferentes fases de planejamento e implantação do Empreendimento (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação).
- Portaria IPHAN nº 230, de 17/12/2002, que define as ações a serem desenvolvidas nas diferentes fases de licenciamento ambiental.
- Instrução Normativa nº 001, de 25/03/2015, que estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo IPHAN nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe.
- Outras normas aplicáveis ao tema em questão, bem como aquelas que venham a atualizar ou substituir as anteriormente mencionadas

Demais informações e estudos elaborados no âmbito do Programa de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural encontram-se também no SEI IPHAN 01492.000315/2014-39.

Importante destacar que caberá ao Fiscal/Gestor do contrato a mobilização dos programas elencados, em razão do ritmo de andamento das obras e também em função das obrigações assumidas pelo DNIT junto aos órgãos ambientais licenciadores e órgãos intervenientes.

Fica a Contratada ciente que poderá ocorrer tanto a redução das quantidades mobilizadas como o aumento das mesmas ao longo do prazo de execução do contrato.

Programa de Monitoramento Arqueológico

O monitoramento arqueológico é uma ação complementar exigida pelo IPHAN para a fase de obras. A finalidade do programa é propiciar o acompanhamento especializado das obras de instalação do empreendimento, procurando garantir que não haja danos aos bens acautelados identificados no Diagnóstico e buscando encontrar novos vestígios arqueológicos.

Durante os trabalhos deve-se atentar para as atividades de supressão de vegetação, terraplanagem, drenagens, ou qualquer outra movimentação de terra necessária à viabilização das obras da rodovia.

Nas áreas indicadas como bens acautelados (principalmente no caso de sítios arqueológicos) e em suas proximidades, o monitoramento deve ser intensificado, observando-se a ação do maquinário e dos trabalhadores para que estes não provoquem impactos ao patrimônio cultural.

Caso seja identificado novo sítio arqueológico, este deverá ser imediatamente delimitado em superfície. O resultado da ação deverá ser apresentado imediatamente ao contratante, para tomada de decisão.

Serviços técnicos:

- Acompanhamento sistemático dos serviços de engenharia, movimentação de terra, supressão de vegetação, circulação de maquinário e de trabalhadores.
- Coleta controlada, estudo e curadoria do material que por ventura seja identificado (limpeza, catalogação e armazenamento) - em laboratório (caso necessário e solicitado pelo contratante e IPHAN).
- Elaboração de relatórios técnicos.

Dimensionamento da equipe:

A equipe técnica mínima dimensionada para a execução das atividades do Programa deverá ser constituída de:

Lote Único	Código

Período de Execução:

Este programa será executado sob demanda e autorização do fiscal do contrato por meio de Ordem de Serviço Específica - OSE, podendo sofrer alteração de periodicidade conforme o andamento das obras e solicitação do órgão ambiental licenciador ou demais intervenientes.

Produtos a serem entregues:

- Relatórios Mensais de Acompanhamento da Execução dos Serviços, que deverá ser entregue à Contratante, após a emissão da Ordem de Serviço Específica - OSE, com periodicidade definida pela fiscalização do contrato.
- Relatório Anual, que deverá ser enviado à Contratante, anualmente, ou conforme solicitação do Órgão Ambiental licenciador, órgãos intervenientes e órgãos de controle, com a compilação de todas as atividades realizadas no período;
- Relatório Final do Programa de Monitoramento Arqueológico contendo a consolidação da execução do Programa.

Programa de Educação Patrimonial

O Programa de Educação Patrimonial tem como objetivo promover a conscientização da população e dos trabalhadores envolvidos no empreendimento quanto à importância da preservação do patrimônio histórico, cultural e arqueológico, contribuindo para a prevenção de impactos decorrentes das obras.

As ações educativas no contexto da arqueologia se apresentam como possibilidade de reconstituição do período pré-histórico, e com ela o resgate e fortalecimento da identidade local por meio da construção coletiva do conhecimento científico. Por meio dessas ações é possível também fortalecer o processo de conscientização em torno da preservação do patrimônio que cerca as comunidades.

No âmbito da contratação indicada neste Termo de Referência as ações devem ser iniciadas pela elaboração de um diagnóstico, que deve prever minimamente a elaboração de material didático adequado para cada público, palestras e oficinas lúdico-pedagógicas. Os pesquisadores deverão identificar nos municípios da área de influência do empreendimento o público-alvo e as práticas educativas mais interessantes para a implantação do Programa. É recomendável o estabelecimento de contatos prévios com as prefeituras, instituições de ensino, organizações sociais locais e empresas envolvidas na obra a fim de agendar as atividades.

Devem ser considerados como público-alvo as comunidades escolares lindeiras (alunos, pais e professores), funcionários envolvidos nas obras do empreendimento e comunidade em geral afetadas pelo empreendimento.

Serviços técnicos:

- Elaboração de diagnóstico.
- Elaboração e impressão dos materiais educativos que serão utilizados nas atividades.
- Execução das atividades previstas (palestras, oficinas lúdico-pedagógicas, reuniões com a comunidade, esclarecimento à população).
- Avaliação, sistematização e apresentação dos resultados por meio de relatórios.

Dimensionamento da equipe:

A equipe técnica mínima dimensionada para a execução das atividades do Programa deverá ser constituída de:

Lote Único	Código
01 (um) Pedagogo Pleno	P8130

Período de Execução:

Este programa será executado sob demanda e autorização do fiscal do contrato por meio de Ordem de Serviço Específica - OSE, podendo sofrer alteração de periodicidade conforme o andamento das obras e solicitação do órgão ambiental licenciador ou demais intervenientes.

Produtos a serem entregues:

- Relatórios Mensais de Acompanhamento da Execução dos Serviços, que deverá ser entregue à Contratante, após a emissão da Ordem de Serviço Específica - OSE, com periodicidade definida pela fiscalização do contrato.

- Relatório Anual, que deverá ser enviado à Contratante, anualmente, ou conforme solicitação do Órgão Ambiental licenciador, órgãos intervenientes e órgãos de controle, com a compilação de todas as atividades realizadas no período;
- Relatório Final do Programa de Educação Patrimonial contendo a consolidação da execução do Programa.

Produtos Específicos do Licenciamento Ambiental

Consultoria

Quando demandado pela Contratante, por meio de Ordem de Serviço Específica (OSE) a Contratada deverá mobilizar consultor para a execução de serviços técnicos específicos ou elaboração de demais documentos técnicos que eventualmente sejam demandados e estão quantificados no cronograma físico financeiro para composição de valores estimados.

Tem como objetivo atender demandas específicas do processo de licenciamento ambiental, no decorrer da execução dos serviços contratados.

Este serviço será solicitado por demanda, a qualquer tempo, devendo a Contratada provê-los quando requerido.

Os consultores contratados deverão ser profissionais com mais de 15 (quinze) anos de experiência na área de interesse ou Doutorado na área afim.

O serviço de consultoria será prestado por consultor, com experiência em seu respectivo ramo e poderá ser desenvolvido nas dependências da Contratante (visitas, inspeções, reuniões) e/ou no escritório da Contratada (relatórios, pareceres, laudos e notas técnicas).

A Contratada poderá subcontratar os serviços de consultoria demandados pela Contratante, observando o limite máximo de 30% (trinta por cento) do total do orçamento licitado.

A Contratada deverá apresentar Plano de Trabalho Prévio para a emissão da Ordem de Serviço Específica (OSE) antes da contratação do consultor, devendo constar, quando possível:

- Descrição detalhada dos serviços que deverão ser prestados pelo consultor;
- Adequação do cronograma original de execução com os serviços de consultoria;
- Nome e cópia do curriculum vitae do consultor;
- Cópia dos documentos comprobatórios de qualificação técnica profissional (diploma, "atestado" e/ou "certidões" e/ou "declarações");
- Prazo de entrega e custo dos serviços de consultoria

Os serviços de consultoria deverão ser entregues por meio do "Relatório de Prestação dos Serviços de Consultoria" e deverá constar todo o detalhamento dos serviços realizados, conforme proposta do Plano de Trabalho Prévio.

O Relatório deverá constar, no mínimo, os seguintes itens:

- Dados contratuais;
- Proposta da Prestação de Serviços conforme Plano de Trabalho Prévio aprovado e Ordem de Serviço Específica (Deverá constar claramente o escopo da contratação dos serviços de consultoria);
- Desenvolvimento dos serviços;
- Cronograma físico-financeiro previsto x executado;
- Observações/ conclusões, quando cabível, sobre a execução dos serviços;
- Assinatura dos Responsáveis;
- Anexos:
 - Arquivo com o Relatório dos Serviços de Consultoria para ser encaminhado ao órgão ambiental licenciador ou demais entes intervenientes (arquivo editável e PDF, incluindo seus anexos.)
 - Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do consultor, quando cabível.

Os serviços de Consultoria deverão ser medidos e pagos após a aprovação do produto pela Contratante.

Caberá à Contratada propor a forma de apresentação das informações constantes deste produto.

CATEGORIAS PROFISSIONAIS

As categorias de nível superior, dos profissionais indicados neste Termo de Referência e na composição do orçamento referencial, foram divididas em níveis funcionais, de acordo com o tempo de experiência devidamente comprovada na área de atuação, conforme estabelecido pela RESOLUÇÃO Nº 11, DE 21 DE AGOSTO DE 2020:

- Júnior: profissional com até 5 (cinco) anos de experiência;
- Pleno: profissional com mais de 5 (cinco) anos de experiência;
- Sênior: profissional com mais de 10 (dez) anos de experiência;
- Coordenador: requisito igual ao do profissional sênior, e;
- Consultor: profissional com mais de 15 (quinze) anos de experiência.

A comprovação do tempo de experiência exigido para cada categoria se dará da seguinte forma:

- Cópia autenticada da carteira profissional (CTPS); e/ou
- Cópia autenticada da Ficha e Registro de Empresa – FRE; e/ou
- Cópia autenticada do contrato de prestação de serviço; e/ou
- Cópia autenticada dos atestados de capacidade técnica com a referida ART - Anotação de Registro Técnico, quando couber; e/ou
- Declaração Original da prestação de serviço, apresentada em papel timbrado da emitente que comprove o profissional ter prestado os serviços, de maneira satisfatória, compatíveis em características com as atividades inerentes ao objeto da presente contratação, contendo as seguintes informações:
 - Nome ou Razão Social, CNPJ e endereço completo do emitente;
 - Nome do profissional que prestou serviço ao emitente;
 - Data de emissão da declaração; e
 - Assinatura e identificação do signatário (nome, telefone, cargo e função que exerce junto à empresa emitente).

MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

Não se aplica ao objeto da contratação pretendida.

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

Referência de Preços: A metodologia para composição dos preços unitários para custos de mão de obra, veículos, infraestruturas de imóveis e mobiliário e insumos ambientais que deram origem ao valor do orçamento referencial foram obtidos por meio da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT instituída por meio da Resolução 11, de 21 de agosto de 2020 (SEI 6319884).

Data-Base: Janeiro/2026 (Tabela de Preços de Consultoria - Janeiro de 2026).

BDI (Benefícios e Despesas Indiretas): 45,04% (Taxa da Tabela de Preços de Consultoria) vigente desde de 05 de maio de 2026 (Ofício-Circular nº 4078/2026 - BDI da Tabela de Consultoria - SELIC 14,50 (SEI nº 24644118)).

As licitantes apresentarão sua proposta, com a data-base do orçamento referencial, conforme modelo disponibilizado, Planilha em Branco - Preenchimento Licitantes (SEI nº 24735584).

DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS PARA CONTRATAÇÕES INTEGRADAS E SEMI-INTEGRADAS

Não se aplica.

ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO

O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo 90 (noventa) dias, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

UNIFORMES

Não se aplica.

PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

Os procedimentos de transição e finalização do contrato deverão observar o constante da Subseção V, art. 35 e 37 da IN 01/2019, conforme preconizado no item 9.5 do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do DNIT, aprovado por meio da Resolução Nº 20, de 30 de dezembro de 2020, publicada na edição 01 do Boletim Administrativo de 04 de janeiro de 2021.

O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, memória administrativa, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

CONDIÇÕES DE ENTREGA

Os produtos do objeto devem ser entregues em condições de aceitação conforme descritos neste Termo de Referência, na Unidade Local do DNIT de Capanema - PA, de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 11:30h e das 14:00 às 17:30h, nos endereços discriminados abaixo.

A entrega dos documentos gerados ao longo do processo somente deve ser feita após sua aprovação pelo Fiscal/Gestor, devendo ser protocolados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ou, em caso de instabilidade do sistema, em 01 (uma) mídia digital e, quando requerido pela fiscalização, a Contratada deverá fornecer o documento impresso ou cópias do arquivo digital, por meio de mídias digitais.

- Localidade: Capanema/PA;
- Endereço: Av. João Paulo II, 188;
- CEP: 68.701-050;
- Telefone(s): (91) 3250-2172.

APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS

Os relatórios de estudos devem ser elaborados e apresentados de acordo com o Item 3 do Manual de Diretrizes Básicas para Elaboração de Estudos e Projetos – Instruções para Apresentação de Relatório (IPR 727, 2006).

A entrega definitiva dos documentos gerados ao longo do processo somente deve ser feita após sua aprovação pelo Fiscal/Gestor, devendo ser protocolados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ou, em caso de instabilidade do sistema, em 01 (uma) mídia digital e, quando requerido pela fiscalização, a Contratada deverá fornecer o documento impresso ou cópias do arquivo digital, por meio de mídias digitais.

Os produtos deverão ser entregues no local de lotação do servidor do DNIT designado para ser o Fiscal/Gestor do contrato. Todas as informações geradas ao longo dos estudos (dados brutos inclusive) devem ser disponibilizadas pela contratada em ambiente digital que permita a colaboração entre contratante e contratado no gerenciamento e compartilhamento de informações, devendo, obrigatoriamente, serem geoespacializados os dados de maneira que seja possível a visualização.

Toda informação primária ou secundária deve ser geoespacializada, utilizando o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas SIRGAS 2000 e acompanhada de seus respectivos mapas de localização, utilizando-se das regras de representação cartográficas, e, também suas tabelas de atributos.

Toda informação tem que ser apresentada em forma de Relatório, também em forma editável, inclusive quanto aos dados geoespacializados, tendo que ser apresentadas todas as bases utilizadas de forma organizada, com seus respectivos metadados. Na reunião de partida da Gestão Ambiental, a contratada deverá apresentar a solução escolhida, bem como apresentar a fluxo de processo visando detalhar como as etapas dos programas deverão ser tratadas/desenvolvidas com base nas funcionalidades da solução de ambiente comum de dados escolhida.

Estudos e relatórios ambientais são peças estritamente técnicas e não devem, em nenhuma hipótese, sob pena de inadimplemento contratual, conter opiniões, ideológicas ou ilações de cunho político, qualquer que seja.

A contratada deve identificar com precisão todos os elementos dos produtos contratados, incluindo o objeto do contrato, bem como a fase, a versão e a data de cada relatório. Essa identificação deve fazer parte, de forma coerente, da etiqueta da mídia, do nome dos arquivos e do título interno dos documentos, de modo que se possam reconhecer os conteúdos antes de se abrirem os respectivos arquivos.

A Contratada também deverá utilizar como referência para elaboração dos relatórios as orientações constantes no documento Modelo de apresentação dos produtos (SEI nº 23924086).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e outras aplicáveis, respondendo cada parte, no que lhe competir, pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, em que tal prorrogação observará os prazo de vigência e execução contratual.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

PREPOSTO

A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência contratual.

A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

O DNIT indicará, por meio de Portaria específica, representante(s) da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes ao objeto contratado, conforme disposto no art. 117, da Lei nº 14.133 /2021.

Caberá ao Fiscal do Contrato, designado por Portaria específica, fazer cumprir todas as exigências legais (Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.246/2022) e do DNIT (Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos) e supervisionar as atividades sob responsabilidade da empresa, assim como acompanhar e controlar o desembolso das respectivas parcelas mensais a serem medidas, em conformidade com as regras dispostas na Lei.

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Além do disposto acima, a fiscalização obedecerá as rotinas constantes no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do DNIT.

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Além do disposto acima, a fiscalização obedecerá as rotinas constantes no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do DNIT.

GESTOR DO CONTRATO

Cabe ao gestor do contrato:

coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

receber e dar encaminhamento imediato:

às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E de PAGAMENTO

A avaliação da execução do objeto será feita em conformidade com os procedimentos dispostos no item 6 do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do DNIT, bem como em acordo com o disposto nesta seção.

Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro (SEI nº 24735576), vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no cronograma físico-financeiro a contratada deverá apresentar os produtos e a medição na Unidade Local de Capanema - PA, por meio Carta/Ofício de encaminhamento da documentação da medição para a análise do Fiscal Técnico acompanhada de Medição dos Serviços, Memória de Cálculo e Prévia da Planilha de Cálculo de Retenção do ISSQN.

Os serviços executados serão medidos e pagos em conformidade com o cronograma físico-financeiro, sendo de responsabilidade da fiscalização do contrato o atesto dos serviços para a elaboração das medições e posterior tramitação para providências.

O pagamento será efetuado apenas para os serviços devidamente prestados e atestados pelo fiscal do contrato, respaldado pelas análises técnicas dos produtos e demais documentos técnicos.

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

Não produzir os resultados acordados,

Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão recebidos, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo fiscal técnico, mediante apresentação dos produtos.

Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no cronograma físico-financeiro o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no cronograma físico-financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

O prazo para recebimento será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

Para efeito de recebimento dos serviços, será considerado para fins de faturamento o período das etapas previstas no cronograma físico-financeiro.

Ao final de cada período/evento de faturamento:

O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando, quando couber, em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo, quando couber, relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

A contratada deve fazer entregas ordenadas dos relatórios, programas e demais documentos técnicos previstos no cronograma físico-financeiro.

A aceitação do produto está vinculada à análise e aprovação dos relatórios.

Todas as revisões, por parte da Contratada, devem atender às especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, inclusive àquelas solicitações decorrentes das análises feitas pelo DNIT por meio de seu Fiscal/Gestor do contrato.

A aprovação dos Relatórios, programas e demais documentos técnicos deverá ocorrer durante o desenvolvimento dos trabalhos, em que será emitido parecer analítico e conclusivo pela Fiscalização do contrato, no qual a avaliação dos produtos será realizada em função dos normativos pertinentes e das especificações técnicas apontadas neste Termo de Referência.

As medições dos serviços serão realizadas conforme o cronograma físico-financeiro em conformidade com as mobilizações realizadas pela Fiscalização do respectivo contrato.

A Contratada para a plena comprovação da execução dos serviços descritos neste Termo de Referência, conforme descrito no OFÍCIO-CIRCULAR Nº 2239/2019/CAAOS/CGMAB/DPP/DNIT SEDE (SEI nº 3530735), deverá apresentar em seus relatórios os seguintes documentos, quando cabível:

1. Para as equipes:

- Declaração de participação no período trabalhado, com firma reconhecida em cartório, podendo ser aceita a certificação digital emitida por certificadores reconhecidos;
- Cópia da carteira de trabalho ou do contrato de prestação de serviço; e
- Fotos em que seja possível identificar a equipe mobilizada executando os respectivos serviços durante o período.

2. Para os veículos:

- Cópia do documento do veículo;
- Cópia do contrato de locação ou nota fiscal do veículo; e
- Fotos em que seja possível identificar os veículos no local de prestação dos serviços (com adesivos caracterizando que estão a serviço do DNIT), sendo possível a leitura das placas.

3. Para os escritórios:

- Fotos externas e internas do escritório.

Cabe ressaltar que as documentações supracitadas se referem apenas à comprovação de mobilização dos itens de serviços a serem medidos, sem qualquer prejuízo a outras comprovações que se façam necessárias à análise técnica dos serviços, sendo o prazo de 5 dias úteis para que a unidade fiscalizadora do contrato realize a vistoria, autorize a contratada a emitir a nota fiscal, quando necessário, que deve ser subscrita pelo fiscal e representante legal da contratada, e remeta a medição ao setor responsável pelo pagamento.

RECEBIMENTO DO OBJETO

Conforme o Art. 140 da Lei 14.133/2021 o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022), contados a partir da comunicação pela contratada, da conclusão do objeto.

O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, 32º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

A nota fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária, desde a data da emissão do aceite na Nota Fiscal recebida pelo DNIT até a data do efetivo pagamento, ressalvada a responsabilidade da contratada prevista no art. 92, Inciso XVI da Lei 14.133/2021, acerca da situação cadastral da contratada (SICAF) e consulta ao CADIN, nos termos do art. 6º, II, da Lei nº 10.522/2002.

FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando a planilha referencial elaborada.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, dos índices utilizados pelo DNIT, para o Setor Rodoviário, apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, de acordo com a Instrução Normativa nº 1, de 24 de janeiro de 2023, ou outra que vier a substituí-la, após decorrido 01 (um) ano da data-base do orçamento referencial, nos termos do art. 3º, §1º, da Lei nº 10.192 de 2001, sendo o índice inicial referente ao mês do orçamento referencial do DNIT (data-base JANEIRO/2026), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

O índice a ser adotado para o reajustamento dos valores objeto da presente licitação deverá ser o de CONSULTORIA, SUPERVISÃO E PROJETO, base DEZ/2000=100, constante da Tabela de ÍNDICES DE REAJUSTAMENTO DE OBRAS RODOVIÁRIAS, fornecida pela Fundação Getúlio Vargas, disponibilizada no site do DNIT (<https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-e-pagamentos/custos-e-pagamentos-dnit/indices-de-reajustamentos/indices-de-reajustamentos-de-obras-rodoviario/indices-de-reajustamentos-de-obras-rodoviaras>).

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

CESSÃO DE CRÉDITO

As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a LICITANTE/CONTRATADA que:

der causa à inexecução parcial do contrato;

der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

der causa à inexecução total do contrato;

deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas à LICITANTE/CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos. (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima, bem como nas alíneas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Multa:

- i. Moratória de 0,33% (trinta a três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- ii. Moratória de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o item anterior, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante.
- iii. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
- iv. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 6.1, a multa será de 5% do valor do Contrato.
- v. Compensatória, para infração descrita na alínea “b” do subitem 6.1, a multa será de 15% do valor do Contrato.
- vi. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 6.1, de 20% do valor do Contrato.
- vii. Compensatória, para infrações descritas na alínea “d” do subitem 6.1, a multa será de 3% do valor do Contrato.
- viii. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 6.1, de 1% a 5% do valor do Contrato.

A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a natureza e a gravidade da infração cometida;

as peculiaridades do caso concreto;

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

os danos que dela provierem para o Contratante;

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos contratualmente ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Os débitos da CONTRATADA para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, pelo modo de disputa **FECHADO**, com adoção do critério de Julgamento por **TÉCNICA E PREÇO**.

REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução do contrato será por **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

PARTICIPACÃO DE CONSÓRCIOS

É vedada a participação de consórcios neste certame, considerando a natureza e a dimensão do objeto, classificado como de pequeno porte. A formação de consórcios não se mostra necessária, uma vez que o escopo da contratação é localizado e específico, vinculado a empreendimento da Superintendência Regional do DNIT no Estado do Pará. Ressalte-se que há, no mercado nacional e regional, número suficiente de empresas capacitadas para a execução do objeto, o que assegura a competitividade do certame. Dessa forma, a restrição não implica limitação indevida, mas sim a adequação da disputa às características do objeto e às condições locais, em observância aos princípios da isonomia, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

RITO DE SELEÇÃO

A primeira etapa para a seleção do fornecedor deste certame se trata de uma **fase classificatória**, de avaliação de Técnica e Preço. Posteriormente, ocorrerá a **fase eliminatória**, para avaliar a Proposta de Preços e da Habilitação Jurídica; Fiscal, Social e Trabalhista; Econômico-Financeira e Técnica da empresa. A licitante que obtiver a maior Nota Final na primeira fase e for habilitada na fase eliminatória se caracteriza como a vencedora.

Ainda, essa possibilidade é referendada pelo art. 17, parágrafo 1º, da Lei 14.133/21, no qual há a explicitação dos benefícios decorrentes deste rito processual.

Fase Classificatória

I - Análise Qualitativa

Para os licitantes aptos a serem avaliados nesta fase, serão julgadas as Propostas Técnicas conjugadas às Propostas de Preço, com peso na Nota Final de 70% para técnica, e 30% para preço.

A Proposta Técnica será avaliada e pontuada de acordo com os seguintes critérios, para os quais a Nota Técnica obtida será de até 100 pontos:

Item	Descrição	Pontuação máxima				
		Forma	Conteúdo	SUBTOTAL	Estrutura	TOTAL
A	Demonstração de conhecimento do objeto	3,00	7,00	10,00	5,00	100,00
B	Metodologia e programa de trabalho	2,00	13,00	15,00		
C	Relação dos produtos que serão entregues	1,00	4,00	5,00		
D	Capacidade técnica da licitante	Não se aplica	30,00	30,00		
E	Capacidade técnica da equipe	Não se aplica	30,00	30,00		
F	Acervo de sustentabilidade	Não se aplica	5,00	5,00	5,00	
TOTAL				95,00		

A licitante deverá entregar sua proposta técnica em arquivo único PDF, podendo ser dividido em tomos, de forma organizada e subsequente, assinado eletronicamente pelo responsável. A inobservância destes itens acarretará penalização no quesito estrutura.

O documento deve estar em formato A4, com fonte Arial, tamanho 12, espaçamento entre linhas de 1,5, margens superior e esquerda de 3,00 cm, margens inferior e direita de 2,00 cm e parágrafos justificados. Folhas que contenham exclusivamente quadros, imagens ou tabelas poderão ser no formato A3, sem alteração no limite de páginas.

A elaboração da proposta deve considerar o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, o portal do DNIT, o Edital e seus anexos, relativos ao licenciamento ambiental, o conhecimento do local dos serviços, os normativos aplicáveis ao DNIT, além das leis, decretos e demais normas vigentes.

O máximo de penalizações será 100% da nota dos quesitos da fase classificatória, ou seja, caso um licitante atinja a nota ZERO no quesito, novas hipóteses de penalização não terão efeito.

Serão consideradas desclassificadas as propostas técnicas com pontuação total inferior a 70 (setenta) pontos ou que obtiverem notas parciais inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor total de cada item de "A" a "E".

O quadro a seguir delimita o tamanho máximo de páginas para cada quesito, incluindo elementos textuais ou visuais. As páginas que excederem estes limites serão desconsideradas para todos os efeitos.

Item		Quantidade máxima de páginas
A	Demonstração de Conhecimento do Objeto	30
B	Metodologia e o Programa de trabalho	30
C	Relação dos Produtos que serão entregues	10
D	Capacidade técnica da licitante	Não se aplica

E	Capacidade técnica da equipe	Não se aplica
F	Acervo de sustentabilidade	Não se aplica

Para o item A "**Demonstração de conhecimento do objeto**" deverão ser abordados os itens do quadro a seguir:

Item	Detalhamento do item
1. Caracterização dos trechos (discorrer sobre os tópicos relacionados)	1.1. Caracterização da situação atual dos trechos objeto da contratação.
	1.2. Discorrer sobre a situação atual dos processos de licenciamento ambiental dos trechos.
	1.3. Demonstrar conhecimento sobre as normas e regulamentos pertinentes à prestação de serviços técnicos de supervisão ambiental, execução de programas
2. Conhecimento sobre a execução contratual	2.1. Demonstrar conhecimento sobre os procedimentos de Licenciamento ambiental envolvido na execução contratual.
	2.2. Demonstrar conhecimento sobre os procedimentos relacionados a aprovação dos trabalhos junto aos órgãos ambientais.
	2.3. Demonstrar compreensão das necessidades e desafios específicos relacionados a supervisão ambiental e execução de programas ambientais.

Para o item B "**Metodologia e programa de trabalho**" deverão ser abordados os itens do quadro a seguir:

Item	Detalhamento do item
1. Definição de Objetivos	1.1. Discorrer sobre os objetivos gerais e específicos da contratação, correlacionando-os com os indicadores de sucesso propostos para avaliação do trabalho da Consultoria.
2. Metodologia de Trabalho	2.1. Apresentar a abordagem metodológica que será empregada, comparando as vantagens e desvantagens sobre o emprego das metodologias ágeis e/ou de gestão tradicional de projetos para o escopo contratado.
	2.2. Apresentar o planejamento estratégico a ser aplicado durante a execução do contrato, especificando as fases e o cronograma, bem como a distribuição dos recursos.
	2.3. Apresentar os processos e procedimentos que serão empregados, incorporando os critérios de padronização, flexibilidade e adaptabilidade para lidar com mudanças e imprevistos.
	2.4. Apresentar as ferramentas e tecnologias que serão empregadas, incluindo os critérios de seleção dessas ferramentas, além da capacitação e do suporte que serão oferecidos.
3. Gestão da Equipe	3.1. Discorrer de forma abrangente sobre a gestão de equipe que será utilizada, incluindo sua estrutura organizacional, os papéis desempenhados pelos membros e suas respectivas responsabilidades.
	3.2. Descrever o modelo administrativo a ser utilizado, especificando a atuação da equipe a ser alocada, as atribuições dos setores envolvidos.
	3.3. Apresentar detalhadamente o cronograma de utilização da equipe técnica contendo identificação das atividades previstas e distribuição das equipes ao longo do período de execução dos serviços.
4. Comunicação	4.1. Apresentar as estratégias relacionadas à comunicação que serão empregadas, abrangendo o plano de comunicação, os canais de comunicação utilizados, a frequência das interações e os tipos de comunicação e ferramentas que serão empregados.
	4.2. Abordar como será implementada a gestão das partes interessadas, envolvendo a identificação, análise, engajamento e

	gerenciamento das partes interessadas pertinentes ao desenvolvimento do trabalho.
5. Gestão de Riscos	5.1. Discorrer sobre os riscos identificados, abrangendo a análise dos potenciais eventos adversos que possam impactar os objetivos do contrato.
	5.2. Apresentar a avaliação e priorização dos riscos identificados, esclarecendo os critérios estabelecidos para determinar sua probabilidade e impacto.
	5.3. Apresentar estratégias de mitigação para os riscos prioritários que serão utilizadas, visando reduzir sua probabilidade de ocorrência ou minimizar seu impacto, garantindo a continuidade e sucesso do projeto.
6. Documentação e Registro	6.1. Apresentar os procedimentos de gestão de documentos, incluindo organização e rastreabilidade, bem como as medidas de acesso e segurança da informação.

Para os itens A, B, C, D, E e F todos os licitantes iniciarão com nota máxima e serão penalizados segundo aspectos de forma e conteúdo e estrutura.

- A pontuação mínima de cada item em cada aspecto será zero, ou seja, se uma proposta atingir nota zero no aspecto de um item, novas penalizações serão ignoradas.
- As notas de cada aspecto serão arredondadas até a terceira casa decimal e, após somadas para obter a nota de cada item, serão arredondadas até a segunda casa decimal.

O **quesito de Estrutura para avaliação da Proposta Técnica (A, B, C, D, E e F)** serão:

Quesito	Descrição	Forma de penalização	Percentual de redução sobre a nota máxima do item
I	Aderência às Normas de Relatório técnico e/ou científico da NBR 10.719 (2015).	Cada inobservância da norma	5%

O **quesito de Forma para os itens “A”, “B” e “C”** serão:

Quesito	Descrição	Forma de penalização	Percentual de redução sobre a nota máxima do item
I	Domínio da norma culta	Cada erro de forma	5%

Os **quesitos de Conteúdo para o item A "Demonstração de conhecimento do objeto"** serão:

Quesito	Descrição	Forma de penalização	Percentual de redução sobre a nota máxima do item

A1	Adequação do conteúdo ao tema	Cada ausência de argumento relevante ou apresentação de argumento não pertinente ao tema	5%
A2	Originalidade do conteúdo	Cada apresentação de conteúdo não original ou citação sem a devida contextualização	5%
A3	Capacidade de selecionar, organizar e relacionar de forma coerente os argumentos pertinentes ao tema	Cada apresentação de conteúdo desorganizado, incoerente ou não pertinente	5%
A4	Atualização do conteúdo	Cada apresentação de conteúdo desatualizado	5%

Os **quesitos de Conteúdo para o item B "Metodologia e Programa de Trabalho"** serão:

Quesito	Descrição	Forma de penalização	Percentual de redução sobre a nota máxima do item
B1	Clareza na organização do raciocínio (análises descritivas, evolutiva, integrada, sistêmica, comparativa ou qualquer outra forma que se mostre adequada à problemática proposta)	Cada inconsistência	5%
B2	Explicitação das técnicas e eventuais recursos humanos, tecnológicos, móveis e imóveis necessários à execução do objeto, dividido por etapas da execução	Cada inconsistência ou omissão	5%
B3	Qualidade das fontes de dados	Cada apresentação de dados desatualizados ou equivocados	5%
B4	Coerência do cronograma, especialmente quanto a: - Abrangência de todas as etapas previstas no Cronograma constante do instrumento convocatório; - Distribuição equilibrada das etapas de trabalho ao longo do período previsto; - Viabilidade de execução de cada etapa no seu respectivo período; e - Viabilidade geral do cronograma.	Cada impertinência ou inconsistência de conteúdo	5%

Os **quesitos de Conteúdo para o item C "Relação dos produtos que serão entregues"** são:

Quesito	Descrição	Forma de penalização	Percentual de redução sobre a nota máxima do item
C1	Referência a todos os produtos constantes do instrumento convocatório	Cada ausência de referência a um produto	5%
C2	Descrição do conteúdo dos produtos.	Cada conteúdo impertinente ou ausente	5%

Os **quesitos de Conteúdo para a os itens D e E, referentes a Capacidade Técnica da Licitante e da Equipe, serão baseados no seguinte:**

Os parâmetros quantitativos impostos para os itens são necessários, suficientes e pertinentes ao objeto licitado, não implicando em restrição do caráter competitivo do certame pretendido.

Os critérios de capacidade técnica da licitante serão apresentados nos itens a seguir. Tais critérios têm por objetivo comprovar, por meio de documentação específica, que a Licitante possui experiência anterior na execução das atividades definidas como principal do objeto a ser licitado, do ponto de vista qualitativo e quantitativo, trazendo a definição dos itens de maior relevância do objeto.

Preliminarmente cumpre esclarecer que em relação capacidade técnica da equipe, as categorias profissionais e níveis funcionais são as dispostas no item 5.10 e 5.11 deste Termo de Referência.

A consideração da documentação se dá em atendimento ao contido na Instrução Normativa nº 58, de 17/09/2021 - Atestados de capacidade técnica e suas alterações, e ainda no art. 67 da Lei nº 14.133/21 que tratam sobre o tema.

Os quesitos de Conteúdo para o item D "Capacidade técnica da licitante são:

Trata da experiência específica da licitante em serviços de gestão ambiental de natureza específica ao qual a contratação se propõe, Gerenciamento Ambiental, Supervisão Ambiental e a Execução de Programas Ambientais, também justificadas pelas características do objeto da licitação e do atendimentos das condicionantes impostas pelo processo de licenciamento ambiental conforme itens deste Termo de Referência.

Comprovar que a empresa licitante possua em nome da empresa, atestado, declaração ou certidão de capacidade técnica e operacional emitido pela contratante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pela entidade competente, comprovando que realizou serviços de execução de Gerenciamento Ambiental de obras de infraestrutura rodoviária ou execução de Supervisão Ambiental de obras de infraestrutura rodoviária ou execução de Programas de Monitoramento Ambiental (Meio Físico, Biótico e Socioeconômico do PBA) de obras de infraestrutura rodoviária.

- Quando a certidão e/ou atestado não for emitida pelo contratante principal, deverá ser juntado à documentação:
 - Declaração formal do contratante principal confirmando que a licitante ou técnico indicado foi responsável técnico pela sua execução, ou;
 - Comprovação por meio de carteira profissional de trabalho e Ficha de Registro de Empresa (FRE) acompanhados do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, todos esses com data referente ao período de execução do objeto do atestado/certidão, ou;
 - Contrato de trabalho registrado no Conselho Regional do profissional à época da execução do objeto do atestado/certidão.

Considerando que a extensão do segmento contratado é de 115,63 km, a licitante deverá comprovar que executou por meio de contratos celebrados com “Órgãos da Administração Pública Federal”, ou “Estadual”, ou “Municipal”, ou do “Distrito Federal”, ou de “Empresas Privadas”, na quantidade de 50% dessa extensão. Portanto, os atestados deverão demonstrar que a empresa executou em uma extensão mínima de 57,82 km ou superior.

A comprovação da parcela mínima (50% da extensão do objeto) se deve à apresentação de no mínimo um atestado, declaração ou certidão, acompanhada de Certidão de Acervo Técnico, onde conste o nome da empresa, obrigatoriamente pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando a prestação de serviços relacionadas a cada uma das três atividades escopo desta contratação: Execução de serviços de Gerenciamento Ambiental de obras de infraestrutura rodoviária; execução de serviços de Supervisão Ambiental de obras de infraestrutura rodoviária; e execução de serviços de Programas Ambientais de obras de infraestrutura rodoviária (parcelas de maior relevância técnica e valor significativo).

- Para compor os atestados de capacidade técnica das empresas participantes do certame, serão considerados os acervos dos responsáveis técnicos da empresa.
- É permitido o somatório de atestados para comprovação de tempo de execução. Contudo, é vedado o somatório para fins de comprovação da quilometragem mínima de 57,82 km.
- É permitido atestado que especifique a execução de mais de um serviço a ser comprovado (coluna 2 da tabela), desde que os três serviços a serem comprovados estejam claramente descritos e sejam relativos à mesma tipologia de empreendimento, ou seja, a apresentação de um número menor de atestados é válida, desde que neles contenham a comprovação de todos os serviços requeridos quanto à sua tipologia e quantitativo.
- Serão desconsiderados, quando da análise do tempo (coluna 4), os períodos sobrepostos de execução de serviços.

A documentação de comprovação deverá ser apresentada, obrigatoriamente, junto do Quadro de Identificação, devidamente preenchido pela licitante, conforme modelo em anexo (SEI 23924017). A não apresentação do Quadro de Identificação acarretará penalização em 1 (um) ponto do quesito "Estrutura".

QUESITO	SERVIÇOS A SEREM COMPROVADOS	EXTENSÃO A SER COMPROVADA	TEMPO - T (anos)	QUANTIDADE DE ATESTADOS	PONTUAÇÃO

D1	Execução de serviços de Gerenciamento Ambiental de obras de infraestrutura rodoviária	≥ 57,82 Km	0 < T < 3	Ilimitada É permitido o Somatório	2
			3 ≤ T < 5		5
			T ≥ 5		10
D2	Execução de serviços de Supervisão Ambiental de obras de infraestrutura rodoviária	≥ 57,82 Km	0 < T < 3	Ilimitada É permitido o Somatório	2
			3 ≤ T < 5		5
			T ≥ 5		10
D3	Execução de serviços de Programas Ambientais de obras de infraestrutura rodoviária	≥ 57,82 Km	0 < T < 3	Ilimitada É permitido o Somatório	2
			3 ≤ T < 5		5
			T ≥ 5		10
PONTUAÇÃO MÁXIMA					30

Os quesitos de Conteúdo para o item E "Capacidade técnica da equipe" serão:

Comprovação de experiência do(s) profissional(ais) em serviços de gestão ambiental, justificadas pelas características do objeto da licitação e do atendimentos das condicionantes impostas pelo processo de licenciamento ambiental conforme itens deste Termo de Referência.

Neste item será avaliado o profissional indicado para a função de Coordenador Ambiental, considerando-se as disciplinas mais relevantes, que representam o maior custo, para a execução do contrato.

O profissional indicado para a função de Coordenador Ambiental deverá ter experiência na execução de objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, por meio de apresentação de atestado, declaração ou certidão de capacidade técnica emitido pela contratante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pela entidade competente, quando for o caso, comprovando que realizou serviços de coordenação de serviços de Gerenciamento Ambiental, coordenação de serviços de Supervisão Ambiental e coordenação de Programas de Monitoramento Ambiental (Meio Físico, Biótico e Socioeconômico do PBA), referente a obras de infraestrutura rodoviária.

- Quando a certidão e/ou atestado não for emitida pelo contratante principal, deverá ser juntado à documentação:
 - Declaração formal do contratante principal confirmando que o técnico indicado foi responsável técnico pela sua execução, ou um de seus responsáveis técnicos, ou;
 - Comprovação por meio de carteira profissional de trabalho e Ficha de Registro de Empresa (FRE) acompanhados do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, todos esses com data referente ao período de execução do objeto do atestado/certidão, ou;
 - Contrato de trabalho registrado no Conselho Regional do Profissional à época da execução do objeto do atestado /certidão.

Considerando que a extensão do segmento contratado é de 115,63 km, o profissional indicado deverá comprovar que executou por meio de contratos celebrados com “Órgãos da Administração Pública Federal”, ou “Estadual”, ou “Municipal”, ou do “Distrito Federal”, ou de “Empresas Privadas”, na quantidade de 50% dessa extensão. Portanto, os atestados deverão demonstrar que a empresa executou em uma extensão mínima de 57,82 km ou superior.

A comprovação da parcela mínima (50% da extensão do objeto) se deve à apresentação de no mínimo um atestado, declaração ou certidão, acompanhada de Certidão de Acervo Técnico, onde conste o nome da empresa, obrigatoriamente pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando a prestação de serviços relacionadas a cada uma das três atividades escopo desta contratação: Coordenação de serviços de Gerenciamento Ambiental de obras de infraestrutura rodoviária; Coordenação de serviços de Supervisão Ambiental de obras de infraestrutura rodoviária; e Coordenação de serviços de Programas Ambientais de obras de infraestrutura rodoviária (parcelas de maior relevância técnica e valor significativo).

A documentação de comprovação deverá ser apresentada, obrigatoriamente, junto do Quadro de Identificação e Formação Profissional, devidamente preenchido pela licitante, conforme modelo em anexo (SEI 23924017). A não apresentação do Quadro de Identificação acarretará penalização em 1 (um) ponto do quesito "Estrutura".

Para o profissional pontuável, deverá ser apresentado:

- Registro profissional no conselho de classe profissional competente (CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CRBio (Conselho Regional de Biologia). A ausência desta comprovação implicará na eliminação do profissional indicado quando da análise da equipe técnica proposta.
- Registro no Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental - CTF do IBAMA. A ausência desta comprovação implicará na eliminação do profissional indicado quando da análise da equipe técnica proposta.

É permitido atestado que especifique a execução de mais de um serviço a ser comprovado (coluna 3 da tabela), desde que os três serviços a serem comprovados estejam claramente descritos e sejam relativos à mesma tipologia de empreendimento, ou seja, a apresentação de um número menor de atestados é válida, desde que neles contenham a comprovação de todos os serviços requeridos quanto à sua tipologia e quantitativo.

A pontuação será computada conforme tabela a seguir:

- **Coordenador Ambiental** - Serão aceitos somente atestados em que o profissional indicado, que tenha formação em Engenharias (Civil, Ambiental, Florestal, Agrônômica), Biologia, Geologia, Geografia.

FUNÇÃO	QUESITO	SERVIÇOS A SEREM COMPROVADOS	PONTOS POR ATESTADO	QUANTIDADE DE ATESTADOS	MÁXIMO DE PONTOS POR SERVIÇO
Coordenador Ambiental	E1	Coordenação e/ou Responsável Técnico de serviços de Gerenciamento Ambiental de obras de infraestrutura rodoviária com no mínimo 57,82 km	05	02	10
	E2	Coordenação e/ou Responsável Técnico de serviços de Supervisão Ambiental de obras de infraestrutura rodoviária com no mínimo 57,82 km	05	02	10
	E3	Coordenação e/ou Responsável Técnico de serviços de Execução dos Programas Ambientais de obras de infraestrutura rodoviária com no mínimo 57,82 km	05	02	10
PONTUAÇÃO MÁXIMA					30

Os quesitos de conteúdo para o item F "Acervo de Sustentabilidade" serão:

Em relação a este critério, a licitante poderá apresentar comprovações em consonância com as normas das famílias ISO 9.000, e/ou 14.000 e/ou 45.000 expedido(s) pelos Organismos de Certificação atestado pelo INMETRO.

A licitante receberá pontos, conforme tabela abaixo, para cada comprovante de certificados descritos acima expedidos pelos Organismos de Certificação atestado pelo INMETRO:

Quantidade de certificados	Pontos
1	1

2	3
3	5

Este critério não possui caráter desclassificatório. A pontuação máxima a ser considerada é de 5 (cinco) pontos, ou seja, serão considerados no máximo 3 comprovações.

II - Análise de Penalizações

Para avaliação das licitantes também serão considerados os registros de penalidades adquiridos pelas empresas a partir do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf>) julgados em 2ª instância, de tal forma que as licitantes serão penalizadas entre 02 (dois) a 10 (dez) pontos, dependendo da gravidade e do número de incidência do problema nos últimos 5 anos em contratos com a Administração Pública.

Serão consideradas somente as penalidades que se encontram válidas, ou seja, que estejam aplicadas em definitivo e que não tenham sido suspensas administrativa ou judicialmente.

Havendo mais de um tipo de penalidade sofrida, será considerada a de maior pontuação negativa.

MATRIZ DE PENALIDADES EM CONSULTA AO SICAF			
Quantidade de penalidades	Gravidade		
	Advertência	Multa	Impedimento e/ ou suspensão
1-2	02	05	10
3-5	05	05	10
6-8	05	10	10
>8	10	10	10

O cálculo da **Nota da Proposta Técnica (NT)** será obtida a partir da soma das notas dos itens “A” a “F”, conforme a fórmula:

$$NT = A + B + C + D + E + F$$

Onde:

- A = Demonstração de conhecimento do objeto;
- B = Metodologia e programa de trabalho;
- C = Relação dos produtos que serão entregues;
- D = Capacidade técnica da licitante;
- E = Capacidade técnica da equipe; e
- F = Acervo de sustentabilidade.

O cálculo da **Nota da Proposta de Preço (NP)** de cada licitante observará a fórmula a seguir:

$$NP = 100 * (x1/x2)$$

Onde:

- NP = Nota da Proposta de Preços de cada licitante;
- x1 = Menor valor global proposto entre os licitantes classificados;
- x2 = Valor global proposto pelo licitante classificado.

Em conformidade com o estabelecido no art. 59 da Lei 14.133/21, as propostas que ultrapassarem o valor referencial serão eliminadas.

O cálculo da **Nota Final (NF)** das licitantes será feita pelo somatório das notas da Proposta Técnica e da Proposta de Preços, sendo a Nota da Proposta Técnica (NT) com peso de 70% (cinquenta por cento) e a Nota da Proposta de Preço (NP) com peso de 30% (trinta por cento) , totalizando um percentual de 100% (cem por cento).

$$NF = (70\% * NT) + (30\% * NP)$$

Onde:

- NF = Nota Final;
- NT = Nota da Proposta Técnica;
- NP = Nota da Proposta de Preços.

Após a análise das Propostas Técnicas de todos os Licitantes, serão ordenadas as propostas em ordem decrescente dos valores das Notas Finais.

Observado o disposto no item precedente, o Licitante classificado em primeiro lugar será o que atingir a **MAIOR** Nota Final.

No caso de empate entre duas ou mais propostas, será obedecido o disposto no Art. 60 da Lei 14.133/21.

No cálculo da **Nota da Proposta Técnica (NT)**, da **Nota da Proposta de Preços (NP)** e da **Nota Final (NF)**, serão arredondadas até os centésimos, consoante a norma da ABNT NBR-5891 - Regras de Arredondamento na Numeração Decimal.

Serão consideradas desclassificadas as propostas técnicas com pontuação total inferior a 70 (setenta) pontos ou que obtiverem notas parciais inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor total de cada item de "A" a "E".

Os quesitos de natureza qualitativa da proposta de técnica serão analisados por banca, a ser nomeada previamente à publicação do edital, composta de, no mínimo, 3 (três) membros, que preencham os seguintes requisitos:

- I - servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração Pública; ou
- II - profissionais contratados por conhecimento técnico, experiência ou renome na avaliação dos quesitos especificados em edital, desde que seus trabalhos sejam supervisionados por profissionais designados conforme o disposto no art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021.

Fase Eliminatória

I - Critérios de aceitabilidade de preços

A proposta de preços, que compreende a descrição do material ou o serviço ofertado pelo licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes do Termo de Referência e de seus anexos, bem como atender às seguintes exigências:

- Descrição do material ou serviço, observadas as mesmas especificações constantes do Termo de Referência, de forma clara e específica, descrevendo-se detalhadamente as características do serviço ofertado, bem como os preços unitário e total detalhados em planilha.
- O licitante não poderá cotar e colocar preços totais de cada serviço superiores aos estabelecidos por este Termo de Referência e seus anexos, sejam eles em preços unitários ou no valor total os serviços.

- Não serão permitidas alterações nas quantidades ou exclusões dos itens constantes das composições de custos unitários.

O prazo de validade da proposta de preço é de **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da sua apresentação.

Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos itens do orçamento supere o correspondente item do orçamento referencial, comprometendo a proporcionalidade entre os itens orçamentários e o valor global da proposta.

A exequibilidade da proposta e as regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Edital.

O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços tidos como relevantes, conforme modelo de cronograma físico-financeiro da Planilha em Branco - Preenchimento Licitantes (SEI nº 24735584), para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021).

Conforme Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

"I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.

§ 3º No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei."

Neste sentido, considerando que poderão ser realizadas diligências com a finalidade de aferir a exequibilidade da proposta, não haverá limitação máxima para os descontos ofertados, de modo que empresas que ofertarem propostas inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, serão diligenciadas a fim de comprovar a exequibilidade de suas propostas, apresentando alguns desses aspectos para comprovação:

- Justificativas e documentos tais como contratos e faturas com objeto e preços compatíveis aos ofertados pela licitante para a contratação, acompanhado de notas fiscais e declarações da contratante que comprovem a execução satisfatória de objeto compatível com o da pretensão contratual;
- Elaborar sua proposta de preços, ponderando todos os custos diretos e indiretos que possam envolver a execução do objeto, para que consiga comprovar a exequibilidade do valor ofertado;
- Demonstrar que a existência de equipe já contratada é ociosa, capaz de absorver novos projetos, sem aumento de custos;
- Demonstrar a propriedade de imóveis, veículos e insumos.

II - Critérios de habilitação

A licitante deverá cumprir com as exigências de Habilitação Jurídica; Fiscal, Social e Trabalhista; Econômico-Financeira e Técnica, conforme itens a seguir, caso contrário será considerada desclassificada.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Participação de ME/EPP: Aplicável, desde que atenda aos requisitos legais do Art.3º Lei Complementar nº 123/2006 e o Art. 47 Lei Complementar nº 147/2014.

Exclusividade/Benefício ME - Microempresa/EPP - Empresa de Pequeno Porte (Art. 48, Lei complementar 123/2006): Não Aplicável, pois o valor estimado é superior a R\$ 80.000,00 e pela particularidade dos serviços, não convém estabelecer cota de até 25% do objeto para contratação de ME /EPP.

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda *Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL (LICITANTE)

A Qualificação Técnica Operacional refere-se a Capacidade Operacional da Licitante. Trata-se da experiência específica da Licitante em Gestão Ambiental de natureza específica, ou seja, correspondente a determinado tipo de intervenção ao qual a contratação se propõe, ou seja, a Gestão Ambiental abrangendo o Gerenciamento Ambiental, a Supervisão Ambiental, Execução de Programas Ambientais.

A licitante deverá apresentar comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação, em nome da licitante ou responsáveis técnicos, de atestado, declaração ou certidão de capacidade operacional emitido pela contratante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitidos pelo conselho profissional, quando for o caso.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

Atestados relativos às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação (Gerenciamento Ambiental, Supervisão Ambiental e Execução de Programas Ambientais) (artigo 67, §2º, da Lei 14.133, de 2021):

TIPO DE ATESTADO	QUANTIDADE DE ATESTADOS A SEREM APRESENTADOS
Gerenciamento Ambiental de obras de infraestrutura rodoviária com pelo menos 57,8 km de extensão.	02
Supervisão Ambiental de obras de infraestrutura rodoviária com pelo menos 57,8 km de extensão.	02
Execução de Programas Ambientais de obras de infraestrutura rodoviária com pelo menos 57,8 km de extensão.	02

É vedado o somatório atestados, devido a relevância da execução dos mesmos nos empreendimentos rodoviários e, especificamente, a necessidade por parte da Administração de garantir que a vencedora do certame detenha condições operacionais de mobilização, logística e planejamento. Além disso, a apresentação de um único atestado para comprovação da capacidade para a realização de serviços considerados relevantes está baseada na cautela da Administração Pública em contratar com terceiros a realização de objetos que tem por finalidade o interesse público.

A limitação da quantidade de atestados exigida para comprovar a Capacidade Operacional da Licitante, se deve ao fato de que o conjunto de obras que serão supervisionadas possuem grau de complexidade técnica de execução.

Quando a certidão ou o atestado não for emitido pelo Contratante Principal, deverá ser juntada documentação comprobatória do Contratante Principal confirmando que o licitante participou da execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação, descrito nos Termos de Referência.

Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

A Qualificação Técnica Profissional refere-se a Capacidade da Equipe Técnica. Trata-se da experiência dos profissionais quanto às funções relacionadas ao principal do objeto, também justificadas pelas características do objeto da licitação.

Apresentação do profissional, abaixo indicado, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado, declaração ou certidão de capacidade técnica, emitido pela contratante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitidos pelo conselho profissional, por execução de serviço de características semelhantes ao objeto, conforme abaixo indicado:

FUNÇÃO	COMPROVAÇÃO REQUERIDA
Coordenador Ambiental *	Ter exercido a função de Coordenação e/ou Responsável Técnico pelo Gerenciamento, Supervisão ambiental e execução de programas ambientais de empreendimentos de infraestrutura rodoviária Tempo de formado: 10 anos **

* Engenheiro Civil, Engenheiro Ambiental, Engenheiro Florestal, Engenheiro Agrônomo, Biólogo, Geólogo, Geógrafo.

** O tempo mínimo de experiência exigido se dá pela categoria profissional referencial dispostas no item 5.10 e 5.11 deste Termo de Referência;

O profissional acima indicado deverá participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA COOPERATIVAS

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

ata de fundação;

estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 20.651.166,71 (vinte milhões, seiscentos e cinquenta e um mil cento e sessenta e seis reais e setenta e um centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo.

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Contratação de empresa de consultoria especializada para a execução de serviços de Gestão Ambiental, abrangendo o Gerenciamento Ambiental, a Supervisão Ambiental e a Execução de Programas Ambientais das obras de pavimentação da rodovia BR-308/PA, com extensão de 115,63 km, lote único, segundo condições e especificações previstas neste Termo de Referência, por meio de licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, Modo de Disputa FECHADO e Critério de Julgamento por TÉCNICA E PREÇO	1341- Supervisão, gerenciamento, fiscalização - projeto construção, obras civis.	UN	1	R\$ 20.651.166,71	R\$ 20.651.166,71

Os preços unitários que deram origem ao valor do orçamento referencial foram extraídos da Tabela de Preços de Consultoria-DNIT, oficializada pela Resolução/DG nº 11, de 21 de agosto de 2020, publicada no Boletim Administrativo nº 163 de 25 de agosto de 2020.

O orçamento elaborado tem como base de cálculo a data de referência de **JANEIRO/2026**, conforme verificado na Planilha Orçamento Referencial, e com relação a Taxa de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI), o percentual utilizado foi de 45,04% (Tabela de Preços de Consultoria) vigente desde de 05 de maio de 2026.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I - Gestão/Unidade: 39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte;

II - UGR: 393016 - Superintendência do DNIT no Estado do Pará;

III - Fonte de Recursos: 0100;

IV - Programa de Trabalho: 26.782.3106.7S62.0015 - PREV 01

V - Elemento de Despesa: Não se aplica;

VI - Plano Interno: Não se aplica.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamentos.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

Declaramos que somos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência, que corresponde à Contratação de empresa consultoria especializada para a execução de serviços de Gestão Ambiental, abrangendo o Gerenciamento Ambiental, a Supervisão Ambiental e a Execução de Programas Ambientais das obras de pavimentação da rodovia BR-308/PA, com extensão de 115,63 km, lote único, segundo condições e especificações previstas neste Termo de Referência, por meio de licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, Modo de Disputa FECHADO e Critério de Julgamento por TÉCNICA E PREÇO.

Na hipótese de contradições entre o Termo de Referência, Ordem de Serviço, Contrato e Edital, prevalecerá o disposto no Termo de Referência, inclusive, quanto a todos os seus efeitos.

O Termo de Referência está adequado ao que dispõe a Lei nº 14.133/2021, e seus modelos disponíveis no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao-e-concorrencia>.

Declaramos que somos responsáveis pela elaboração da planilha orçamentária a que se refere o art. 18, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, bem como da sua compatibilidade com o presente Termo de Referência e com os custos do sistema de referência, sendo as mesmas atuais e adequadas.

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 14, inciso II, do Decreto nº 10.024/2019 e art. 30 da IN nº 05/2017, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.

13. ANEXO

- Plano Básico Ambiental - PBA (SEI nº 21648877).
- Licença de Instalação - LI nº 3315/2022 (SEI nº 21648906).
- Autorização para Captura, Coleta, Resgate e Transporte de Fauna - AU nº 6040/2026 (SEI nº 23923397).
- Autorização para Supressão de Vegetação - AU nº 6041/2026 (SEI nº 23923438).
- Projeto Executivo Remanescente do Lote 01 (SEI nº 23923908).
- Projeto Executivo Remanescente do Lote 02 (SEI nº 23923918).
- Anteprojeto - Levantamento de Pontes (SEI nº 23923979).
- Planilha Orçamento Referencial (SEI nº 24735576).
- Planilha em Branco - Preenchimento Licitantes (SEI nº 24735584).
- Quadro de Identificação (SEI nº 23924017).
- Quadro de Identificação e Formação Profissional (SEI nº 23924017).
- Modelo de apresentação de produtos (SEI nº 23924086).

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDILSON SANTOS JUAREZ

Chefe de Serviço de Desapropriação Reassentamento e Meio Ambiente - SDRMA/DNIT-PA

CLEO MARCELO MONTEIRO DE PAIVA

Coordenador de Engenharia Terrestre – CET/DNIT-PA

DIEGO BENITAH BATISTA

Superintendente Regional do DNIT no Estado do Pará - SRE/DNIT-PA